



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

**GABRIELA DOS SANTOS CARDOZO**

**A ARTE COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL:**

Um coral da população em situação de rua

**RIO DE JANEIRO**

**2021**

GABRIELA DOS SANTOS CARDOZO

**A ARTE COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL:**

Um coral da população em situação de rua

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Serviço Social da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro para obtenção do  
título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita de Cássia  
Cavalcante Lima

**RIO DE JANEIRO**

**2021**

**REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

**Denise Pires de Carvalho**

**COORDENADORA DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÕES**

**Paula Maria Abrantes Cotta de Mello**

**CIP - Catalogação na Publicação**

CC268a      Cardozo, Gabriela dos Santos  
              A ARTE COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO DO  
SERVIÇO SOCIAL: Um coral da população em situação de  
rua / Gabriela dos Santos Cardozo. -- Rio de  
Janeiro, 2021.  
              95 f.

              Orientadora: Rita de Cássia Cavalcante Lima.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de  
Serviço Social, Bacharel em Serviço Social, 2021.

              1. População em situação de rua. 2. Serviço social.  
3. Experiência. 4. Arte. 5. Questão Social . I.  
Lima, Rita de Cássia Cavalcante , orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

GABRIELA DOS SANTOS CARDOZO

**A ARTE COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL:**

Um coral da população em situação de rua

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Serviço Social da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro para obtenção do  
título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita de Cássia  
Cavalcante Lima

Aprovada em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita de Cássia Cavalcante Lima (Orientadora) - UFRJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Izabel Moura de Carvalho Moreira - UFRJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariléa Venâncio Porfírio - UFRJ

RIO DE JANEIRO

2021

Dedico este trabalho a Deus que me deu condição mental, física, espiritual e intelectual de chegar até aqui, soprando sobre mim todos os dias o fôlego de vida.

Ao meu pai Gabriel Cardozo (*in memoriam*), que sempre ia comigo na biblioteca da minha cidade me ajudar a encontrar os livros que buscava para estudar. A minha mãe Lucia Maria dos Santos Cardozo que sempre acreditou no amor por esta profissão e ao meu irmão, Flávio dos Santos Cardozo que sempre estava disposto a ouvir meus relatos.

A minha professora orientadora Dra. Rita de Cássia Cavalcante Lima que durante toda a navegação neste extenso oceano das construções, das reflexões, dos ensinamentos da profissão de Serviço Social, com sua visão e sentidos apurados, me indicou os portos dos aportes teórico-metodológico, técnico operativo e ético político com segurança e sempre com os instrumentais da navegação, como eu dizia a ela, para eu chegar até aqui. Serei eternamente grata por todas as contribuições como pessoa e aluna que a senhora me dispensou. Nos momentos em que parecia tudo estar disforme, a senhora me ajudava a retomar e a dar forma novamente. O seu zelo ético profissional como assistente social, educadora, sua dedicação e compromisso social me ensinaram que se esforçar e fazer o que nos cabe com excelência, ainda que pareça não haver mais possibilidades, será sempre um grande desafio da profissão escolhida. Agradeço também toda a assistência no momento da partida do meu pai no ano de 2020.

Aos homens, mulheres, jovens, idosos, crianças, que encontrei garimpando um chão para deitar, uma água para beber, uma mão para estender, uma vida para viver, um lugar para entender e para preencher os valores e sentidos do ser humano.

“Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos! Quem, pois, conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi o seu conselheiro? Ou quem primeiro deu a ele para que lhe venha a ser restituído? Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém!”

Romanos 11:33-36

## AGRADECIMENTOS

Aos amigos que descobri na caminhada das minhas relações na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A amiga Amanda Taniele de Castro Noronha, com sua forma peculiar em detalhes ao analisar a realidade em sua totalidade. Abrindo as portas de sua casa e me recebendo como família para ter um canto de estudo, de descanso e me adotou como uma irmã.

Ao amigo Adim Reis, companheiro de trajeto, de ser “crônico” no trabalho, exemplo de determinação e tranquilidade emocional e dotado de grande inteligência nos nossos diversos diálogos.

A amiga Ana Soares Lima Araújo que sempre foi um exemplo de experiência e um apoio nos momentos de decisões difíceis, sempre a disposição de ouvir e de dar uma palavra de sabedoria.

A amiga Lorena Virgínia Monteiro Salustiano, sempre companheira, estudiosa, amante do Serviço Social e disposta a servir e a amar ao próximo, grande exemplo para mim do que é ser simples e grande!

A amiga Noemi Cristina Ferreira da Silva que sempre esteve no desvelar das singularidades dos sonhos e das matérias difíceis.

Aos meus professores, grandes mestres que descortinam um novo universo científico na fonte das Ciências Humanas, desembocando nos rios que são afluentes nas áreas dos Direitos Humanos e Direitos Sociais de um curso que inicia na relação do homem com a natureza e continua seu transcurso na dialética desta constante transformação em suas relações sociais.

Em especial a professora Ana Izabel Moura de Carvalho Moreira que é uma assistente social ética e sensível e dotada de construções muito profícuas, em sua totalidade. Nas interlocuções das aulas de Orientação para o Trabalho (OTP), nos auxiliando nos questionamentos e angústias dos campos de estágio. Sou grata pelo seu olhar visionário que me encorajou a participar do “I Encontro de Arte e Cultura da UFRJ”, apresentando meu projeto de intervenção no campo de estágio do encontro do Serviço Social com a linguagem da arte, através da música.

Gostaria também de expressar meu agradecimento à professora Fátima Valéria Ferreira de Sousa, uma assistente social compromissada e desbravadora de campos de estágio para os alunos trabalhadores. Na prática pedagógica entre campo de estágio e construções nas aulas de OTP sempre abrindo espaços de construções entre academia e as mais diversas

instituições de estágio. Obrigada por me convidar a apresentar o meu campo de estágio junto com o maestro do Coral “Uma Só Voz”, Rico, e a poetisa, artista e professora Luna, no Festival do conhecimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comemorando os 100 anos da nossa Universidade Viva.

A querida professora Mariléa Venâncio Porfírio, assistente social comprometida e militante da causa da População em Situação de Rua, a formadora do meu primeiro conhecimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua nas aulas do núcleo temático e quem me apresentou em sala de aula a existência do coral “Uma Só Voz”. Aos meus diretores, aos técnicos, aos auxiliares de serviço gerais.

Aos meus chefes de departamento, encarregados, profissionais ou não do serviço social que sempre me apoiaram. Ao amigo de farda Suboficial Jorge Corrêa nas trocas de livros, filmes e artigos.

Em especial a Comandante Ester Homsani, incentivadora e motivadora para sempre crescermos como ser-humanos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e ao Comandante Fernando Antônio Gonçalves, um visionário, psicólogo da aviação naval que sempre está a nos mostrar que o Céu é o nosso limite!

Nas minhas relações de estágio no Centro de Referência para a População em Situação de Rua (Centro Pop), à coordenadora Jaçanã Lima que sempre nos convidava a estar no campo de estágio de forma a partilhar as construções.

A minha supervisora Jaqueline Amorim que sempre com competência e compromisso ético-político com o projeto societário hegemônico me inspirou a basilar minha caminhada nos princípios do código de ética do assistente social, e me apresentou na prática a Política Nacional de Assistência Social. A todos os técnicos do serviço social, aos educadores sociais e a toda a equipe multidisciplinar.

A minha querida amiga e companheira de estágio no Centro Pop Lúcia Braga de Melo, pelo seu exemplo de luta, dedicação e reflexões do cotidiano e por ter sido leal em todos os momentos do compartilhar. E a amiga Eliane Chalfun, companheira de trocas nos espaços de lutas.

Aos sujeitos sociais que militam no enfrentamento à garantia dos direitos de uma parte da sociedade que se tornou invisível ao Estado, as pessoas em situação de rua.

Ao Coral “Uma só Voz”, na representatividade do maestro Ricardo Branco de Vasconcellos (Rico) que sempre me recebeu com receptividade nos ensaios, nos espaços culturais, sociais de apresentações, permitindo que eu me tornasse parte integrante de tantas vozes e conhecesse cada participante, suas vivências. A proposta do “Uma Só Voz” e o

compromisso, dedicação, respeito e zelo do maestro em construir um trabalho coletivo com sujeitos à margem da sociedade, pautado na linguagem da música, foram os fundamentos para a minha pesquisa no encontro entre a linguagem da arte e o acesso aos direitos humanos e sociais. Agradeço também a Renata da *People's Palace Projects* que sempre estiveram disponíveis para prestar informações sobre o projeto.

À amiga, poetisa, ativista social, professora Luna Magalhães que em cada troca me inspirou a acreditar que a Arte une os homens, atravessa as fronteiras das classes sociais, dos territórios marginalizados e dos sujeitos invisíveis e os permite reavivar suas consciências de ser social, do lugar que ocupam e que desejam ocupar.

Nestes tempos de pandemia que trouxe ao mundo, lutos e perdas materiais, imateriais, condições adversas para atravessar esse mar revolto agradeço as três amigas de oração que sempre estiveram em um mesmo sentimento, em uma mesma direção, me apoiando com palavras de ânimo: Isabela dos Santos de Assumpção, Jacira das Neves Gadelha e Thainar Xavier.

À Professora Doutora em Educação, Ana Maria Gomes de Almeida, que com sua trajetória de vida expressa pela longa e larga experiência na vida acadêmica na área da educação, me ajudou a tomar fôlego para continuar a minha escrita. Em tempos de isolamento social, sua companhia, suas falas, reflexões e suas vivências suscitaram em mim a vontade, a dedicação, a concentração, a disciplina e nutriram a certeza da valoração de toda a caminhada galgada até aqui.



## *Nas ruas*

*Eu passo pelas ruas  
E nelas deixo meus anseios, meus devaneios.  
Eu tomo para mim essas ruas.  
Quem sabe nelas o Estado  
Olha o meu fracasso.  
E quem sabe nelas, o Estado  
Me estenda os braços e  
Será me lance em seu regaço.  
Então, tomo para mim as ruas.  
E nelas tantos encontros e tantos  
Desencontros... Tanto frio, tanto sol,  
Tanta frieza, tanta beleza, tanta incerteza...  
Sociedade que tira para dar,  
Que exclui para aproximar.  
Então me pergunto:  
Antes d'eu passar pelas ruas  
E tomar as ruas para mim...  
Ninguém me viu? Ninguém me ouviu?  
E a Pátria Mãe Gentil, onde me aboliu?  
Onde me pegou? Onde me encontrou?  
Onde me lançou?  
Estou no meio desse Brasil.  
Na orfandade desse Brasil.*

*(Gabriela dos Santos Cardozo)*

## RESUMO

A centralidade desta pesquisa é desvelar a linguagem da arte como instrumento de intervenção do serviço social para garantia e acesso a direitos da população em situação de rua. Nas reflexões do meu cotidiano no Centro de Referência para a População em Situação de Rua, campo de estágio no período de março de 2018 a julho de 2019, busco compreender diante das demandas imediatas e conjunturais, o lugar da arte, e da música em particular, para a prática profissional com os usuários. Nesta perspectiva me lanço na construção desta monografia, enquanto uma sistematização da experiência do estágio, onde a música seria o universo artístico e pedagógico que mediará o fortalecimento do Plano de Acompanhamento Individual/Familiar construído no equipamento entre os usuários e profissionais. Com a recuperação de fragmentos do diário de campo, numa redação que une descrição e reflexão crítica sob uma moldura de crônicas, cada item desta monografia convida o leitor a ir ao cotidiano da vida da população em situação de rua. Para enriquecer as pistas da investigação, concomitantemente, vou ao encontro do Coral “Uma Só Voz”, formado por pessoas que se encontram em situação de rua, em abrigos, na cidade do Rio de Janeiro. Através da música, os sujeitos sociais desintegrados das relações sociais mais protegidas na comunidade e no mundo do trabalho, sem voz, são convidados a pertencer a um grupo onde suas vozes se tornam seus maiores instrumentos de reconstrução de si mesmos e de luta pela cidadania e pela emancipação humana.

Palavras-chave: População em situação de rua. Serviço social. Experiência. Arte. Questão social.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to unveil the art's language as a Social Service intervention tool to guarantee the homeless people access to their rights. In my everyday thoughts at the Reference Centre for Homeless People, my internship place from March 2018 to July 2019, I try to understand, facing the immediate situational needs, the place of art and music, in particular, for the professional practice with the users. Being so, there is an effort to make this study, a way to systematize the internship experience, in which music would be the artistic and pedagogical universe which would mediate the reinforcement of the Individual / Family Following up Plan built up in the equipment between the users and professionals. Rescuing fragments of the everyday log book, in a writing which brings together description and critical thoughts in the form of a chronic, each item of this paper invites the reader to get into the daily routine of the homeless. To enrich the investigation clues, simultaneously, meeting the choir "Uma Só Voz", made up by the homeless and the people who live in public shelters, in Rio de Janeiro, where through music, those who are deprived from social relations most protect in the communities and in a jobless world, with no voice, are invited to be part of a group where their voices become their biggest tool to rebuild themselves and to fight for citizenship and human emancipation.

Keywords: Homeless people. Social Work. Experience. Art. Social issues.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Diário de um trabalho de conclusão de curso .....	16
<b>Quadro 2</b> - Projeto Turismo Social.....	24
<b>Quadro 3</b> - Na trajetória da liberdade: "eu tenho medo de dormir nas ruas".....	30
<b>Quadro 4</b> - Quem somos nós? Representantes do Estado ou dos cidadãos? - Parte I.....	37
<b>Quadro 5</b> - Quem somos nós? Representantes do Estado ou dos cidadãos? - Parte II .....	38
<b>Quadro 6</b> - Os encontros nas ruas do centro do Rio .....	48
<b>Quadro 7</b> - Fragmentos de Jaccoud do livro Flores Amarelas .....	52
<b>Quadro 8</b> - Roda de conversa Afinando Relações: construindo o projeto de intervenção no Centro de Referência para a População em Situação de Rua .....	63
<b>Quadro 9</b> - Dialogando entre Arte, Cultura e Direitos Humanos: uma construção de novos projetos para a população em situação de rua.....	66
<b>Quadro 10</b> - Depoimentos .....	77

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Fotografia 1</b> - Submarino Museu Riachuelo atracado no Museu Naval no Rio de Janeiro .....	21
<b>Fotografia 2</b> - Escuna Nogueira da Gama .....	21
<b>Fotografia 3</b> - Falta de dados confiáveis sobre população em situação de rua dificulta enfrentamento do problema .....	36
<b>Fotografia 4</b> - População em situação de rua .....	45
<b>Fotografia 5</b> - Manifestação pelos direitos da infância e da juventude nos anos 1980 .....	56
<b>Fotografia 6</b> - Grito dos Excluídos .....	57
<b>Fotografia 7</b> - Capa do jornal Aurora da Rua .....	59
<b>Fotografia 8</b> - Coral Uma Só Voz na abertura das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro .....	69
<b>Fotografia 9</b> - Apresentação do Coral Uma Só Voz no CCBB-RJ .....	73
<b>Fotografia 10</b> - Apresentação do Coral no CCBB-RJ .....	74
<b>Fotografia 11</b> - Coral no Cristo Redentor .....	75
<b>Fotografia 12</b> - Uma Só Voz - Arte e Ocupação de Rua .....	78
<b>Fotografia 13</b> - Stand do Coral no Festival LER .....	78
<b>Fotografia 14</b> - Oficina de arte em pano .....	79
<b>Fotografia 15</b> - Oficina de poesia na 3º edição da LER .....	80
<b>Fotografia 16</b> - Declamação .....	81
<b>Fotografia 17</b> - O cordelista Edmilson e o maestro Rico .....	82
<b>Fotografia 18</b> - Poesia da Nise da Silveira .....	83
<b>Fotografia 19</b> - Brasília, DF .....	89
<b>Fotografia 20</b> - Brasília, DF .....	89

## LISTA DE SIGLAS

ALERJ	Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro
ASMARE	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CCBB RJ	Centro Cultural Banco do Brasil Rio de Janeiro
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CRESS	Conselho Regional Estadual de Serviço Social
DPHDM	Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha
FEDDH RJ	Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos do Rio de Janeiro
INFOPEN	Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
NUPPAVJ	Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Prevenção da Violência, Acesso à Justiça e Educação em Direitos Humanos
PAC	Plano de Acompanhamento Individual Familiar
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>O SERVIÇO SOCIAL E SUA MATERIALIDADE HISTÓRICA: TRILHANDO OS CAMINHOS DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>23</b>
2.1	No contorno do espaço ocupacional: a partilha da experiência na objetivação de novas vivências	24
2.2	Questão social: apreensão sócio-histórica e a construção da instrumentalidade	30
2.3	As relações do serviço social e das políticas sociais	37
<b>3</b>	<b>POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: HISTÓRIA, LUTA E MOVIMENTOS SOCIAIS</b>	<b>43</b>
3.1	Nas ruas da capital do Brasil: processo histórico, social e econômico	43
3.2	Nas ruas: quem são eles na multidão da invisibilidade?	45
3.3	Nas ruas: no meio fio do preconceito, do estigma e da violência	52
3.4	Das ruas para a Capital do Brasil: dos movimentos sociais à política nacional para a população em situação de rua	55
3.5	Das ruas para a quadra: roda de conversa - afinando relações	63
<b>4</b>	<b>O ENCONTRO ENTRE A ARTE E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESPAÇO PRÓPRIO DO HUMANO GENÉRICO E DA MEDIAÇÃO PARA LUTA POR DIREITOS</b>	<b>66</b>
4.1	Trilhando o caminho do direito na dialética da arte	66
4.2	Na rota do "Uma Só Voz": da invisibilidade das ruas para os olhares do mundo	72
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>86</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>91</b>

**Quadro 1 - Diário de um trabalho de conclusão de curso**

Nas linhas da minha escrita, não sei mais quem acredita.  
As palavras sempre escolhidas para passar as vivências da vida.  
Elas saltam, elas escapolem, elas gritam, elas sacodem.  
Elas são como gotas que de linha em linha formam o oceano das memórias, das histórias.  
Histórias de um diário de campo que começa sem ter um fim, ele é apenas o script de um momento que por mais que seja intenso, já não está mais vivo em mim.  
Mas se me volto a ele, é como se vivesse a história a aplainar e navegar e às vezes quase naufragar, por não dar conta de tanto remar.  
Remar com força, com várias mãos, com voz que ecoa clamando um chão:  
Para viver, para comer, para beber, para cantar, para buscar encontrar a essência do ser humano.  
Que agora precisa conclamar a igualdade, o retorno, o vigor, o riso, o choro de ser humano, de ter direitos humanos como eu, como você.

DOS SANTOS CARDOZO, Gabriela. Diário de um Trabalho de Conclusão de Curso.  
Teresópolis, 19 de outubro de 2020.



## 1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é requisito para integralizar a graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo um espaço de expressão do acúmulo dos conteúdos apreendidos na formação que respondem à questão da linguagem da arte como instrumento do Serviço Social, particularmente, com a população em situação de rua.

O trabalho propõe um diálogo entre a prática profissional do Serviço Social em suas intervenções e mediações técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-político e a busca de um instrumental que se materialize no enfrentamento do cotidiano nos equipamentos que viabilizam o acesso e a garantia da Política Nacional para a População em Situação de Rua norteada no Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 e pelo Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento em congruência com a Política Nacional de Assistência Social em suas tipificações.

No debruçar dos princípios do Código de Ética Profissional do Serviço Social, de 1993, que tem como centralidade o reconhecimento da liberdade e das demandas políticas a ela inerentes e na defesa intransigente dos direitos humanos é que deverão estar pautadas a práxis do Serviço Social em suas dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativas nas intervenções e mediações no enfrentamento às expressões da questão social. Corroborando, como deveres imprescindíveis o comprometimento com a consolidação e ampliação dos Direitos Humanos, Direitos Sociais e Direitos Políticos dos cidadãos.

Na consolidação deste trabalho é de grande valia voltarmos a refletir nas relações profissionais dos assistentes sociais em sua dimensão técnico-operativa, e para isso, me lanço a um artigo muito profícuo para o meu trabalho em síntese. O artigo é do Conselho Regional de Serviço Social CRESS da 6ª região, que tem como tema “A Dimensão Técnico Operativa no Serviço Social”. Nesta leitura, faz-se necessário, destacar as análises voltadas à linguagem e à comunicação social em suas interfaces, onde é mencionado as contribuições de Iamamoto (2003) que aponta o “conhecimento da linguagem como instrumento de trabalho do assistente social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p.95). A autora resgata o “fazer saber” na exegese das atribuições do assistente social, já descrita na Lei de Regulamentação da Profissão, de 1993, em seu artigo 4, inciso III “prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população”, onde podemos afirmar que a linguagem em nosso trabalho tem um valor de uso.

“Fazer saber” também à sociedade, às Instituições e ao próprio Estado que os assistentes sociais não são gestores da pobreza, mas uma profissão que se reformulou por ser, também, “fruto dos agentes que a ela se dedicam” (IAMAMOTO, 2012, p. 39).

No percurso deste trabalho, o meu objetivo é sistematizar a experiência de aproximação com a expressão artística, particularmente, da música ao longo do estágio junto à população em situação de rua, enquanto uma linguagem potente na dimensão técnico-operativa do Serviço Social. Discorrerei aqui minha experiência enquanto estagiária no período de um ano e meio – de março de 2018 a Julho de 2019 –, do curso de Serviço Social em um equipamento do Serviço Único de Assistência Social, no Centro de Referência para a População em Situação de Rua – Centro Pop. Onde me deparei com a realidade estruturante e desigual das relações sociais no cotidiano da população atendida pela equipe deste equipamento, cuja atribuição é prestar serviços à população em situação de rua. Não obstante, me perguntava sempre, na vivência das relações que se davam com a política, como a profissional ali presente (supervisora de estágio) no seu fazer profissional, na análise das relações institucionais em suas transversalidades: linha econômica, linha política, linha ideológica, linha de produção desejada (LAPASSADE, 1980 apud BASTOS, 2008)<sup>1</sup>. Na observação participante, na participação nos atendimentos, nas análises de casos, nos projetos e programas ali elencados, o que nós, futuros assistentes sociais, poderíamos materializar para mediar e responder a demandas tão emergenciais, tão multifacetadas vividas pelas pessoas que reproduzem a vida em uma constante violência social. Nestas vivências, encontrei no Centro Pop, o solo fértil, no diálogo das construções das intervenções de projetos junto com a população em situação de rua dentro do espectro de cultura para a projeção de materialidade da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Por exemplo, o Projeto do Turismo Social realizado através de um convênio do Centro Pop com uma universidade pública, tinha como objetivo integrar e coletivizar os usuários, dando acesso aos mesmos nos mais diversos espaços da cidade, como parques, museus, centros históricos, símbolos turísticos como: o Corcovado, o Cristo Redentor e bibliotecas. Nessas rotas pela cidade e ampliando a cidadania, vislumbrei o encontro entre a Pop Rua e a linguagem das artes. No decorrer deste trabalho, farei uma abordagem das construções que nestes encontros para mim foram singulares para, assim, corroborar as possibilidades do fazer

---

<sup>1</sup> A Transversalidade se fará presente, então, de um lado, como uma espécie de disseminação de um padrão de comportamento social correlato à sociedade hegemônica; de outro, como um potencial de forças instituintes, as quais, caso venham à tona, poderão produzir o questionamento ou os procedimentos que conduzam ao processo de mudança em relação ao comportamento hegemônico (BASTOS, 2008, p. 81).

profissional em sua instrumentalidade, navegando por dois liames, na relação do serviço social e a arte: uma linguagem que “troca afetos” e “une os homens” (TOLSTÓI, 1898).

Para isso, essa monografia é uma investigação orientada pela pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, utilizando como instrumentos o levantamento bibliográfico e os registros em diário de campo do estágio em serviço social, fruto das observações e reflexões advindas da experiência de estágio. Há um exercício de sistematização desta experiência, tomando como ponto de partida a extração de fragmentos do diário de campo que emergem como crônicas ao longo da monografia, sendo um instrumento de grande importância nas análises conjunturais para as construções das intervenções.

Por esse aspecto, o uso do diário de campo configura-se como uma metodologia que integra o processo de supervisão e pode ser usado como estratégia para preencher as lacunas existentes na formação profissional, melhorando o diálogo entre as instituições de ensino e de estágio e se transformando num canal de trocas de conhecimento entre alunos e supervisores (GUINDANI; COSTA, 2012, p. 266).

Estas possibilitam reconhecer o lugar da experiência como fonte de uma aproximação preliminar à realidade, a partir do mirante da autora desta monografia, e acionar conhecimentos acumulados com o levantamento bibliográfico que qualifiquem as pistas identificadas. A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece ou o que o toca. " O sujeito da experiência é um ponto de chegada, um lugar que recebe o que chega e que, ao receber, lhe dá lugar [...], aquilo que nos acontece, nos sucede, o sujeito da experiência é sobretudo um espaço onde têm lugar os acontecimentos" (BONDÍA, 2002, p.21).

A monografia partilha o que já estava impresso em mim como experiência e conhecimento, advindos do curso de licenciatura em História e agora do Serviço Social. Me expor para novas vivências foi singular para a análise reflexiva das mais variadas questões vivenciadas dentro do espaço de estágio referenciado para atendimento dos sujeitos que ali se expressam e dialogam em suas demandas e em suas reflexões. Partilhar nos momentos de convivência, nas oficinas, foi ouvir uma voz que ecoava ao lado, a frente e ao redor, deixando um reflexo da ignomínia, que se tornava insustentável e não cabia somente dentro das quadras, onde se realizavam as oficinas e rodas de conversa.

O diário de campo é um instrumento que nos possibilita retornar a uma situação já passada e nela perceber determinações que constituem o presente. Também nos permite assimilar mais facilmente a continuidade de uma intervenção que está sendo ou já foi objeto de sistematização da intervenção profissional, colaborando com a

memória profissional e com a qualificação das ações (GUINDANI; COSTA, 2012, p. 270).

Nesse processo de aproximação a partir da experiência e acionando conhecimentos, foi observado o esforço de alguns artigos em realizar revisão sistemática sobre o tema de pessoas em situação de rua no Brasil, o que contribuiu para o tratamento dos registros extraídos dos diários de campo na forma de crônicas. O método foi orientado por uma aproximação empírica e narrativa desta autora, seguida de reflexões críticas que exploram algumas determinações dessa relação entre a arte como linguagem mediadora da intervenção do Serviço Social junto à este público.

Importa salientar que após o término do estágio, a aproximação ocorrida com as atividades do Coral “Uma Só Voz”, voltado à população em situação de rua, seguiu até as atividades de dezembro de 2019, acompanhando-os em ensaios no Museu do Amanhã, em passeios e eventos articulados com organizações do poder público e da sociedade civil. Neste período, sem estar na condição de estagiária, a dimensão investigativa seguiu sendo provocada, a partir da convivência com os usuários, com seu professor de música, com seu corpo de voluntárias e também com a própria observação de outras pessoas ao assistir à apresentação do Coral.

Como expressão dessa estratégia, no mês de outubro de 2019, pude acompanhar as pessoas em situação de rua em passeio para conhecer o Espaço Cultural da Marinha, um centro cultural situado na zona central da cidade do Rio de Janeiro. Instalado nas antigas docas da Alfândega, no século XIX. O espaço abriga importante acervo da Marinha do Brasil. O início do passeio foi no Submarino Museu Riachuelo, navio incorporado à armada brasileira em 12 de março de 1977, onde foram recebidos pela tripulação e orientados a visitação em seus compartimentos, vivenciando um pouco das sensações de estar dentro de uma embarcação de guerra. Trata-se de espaço próximo ao Museu do Amanhã, importante rota para moradores e turistas da cidade, quando, naquele dia, se tornou acessível à circulação e ao recíproco aprendizado entre esses moradores particulares do Rio de Janeiro – os que vivem em situação de rua – e os militares de distintas patentes da Marinha do Brasil.

Na segunda parte do passeio, chegou então o momento tão esperado. Com os seus pertences pessoais guardados em sacos pretos, embarcaram na Escuna Nogueira da Gama que faz um *tour* pela Baía de Guanabara, cujos ingressos gratuitos foram garantidos pela Marinha do Brasil.

Neste passeio, onde os participantes do Coral mantinham seus sacos sob os bancos, os demais presentes eram domiciliados no Rio de Janeiro e outros turistas. Um ambiente de relaxamento, alegria e criatividade facultou experimentar novas composições musicais, multiplicar risos largos em rostos tão marcados pelo sofrimento e cantar ao final do passeio. Essa experiência reforçou a importância da música como linguagem artística reconhecida do humano genérico e para uma possível linguagem profissional facilitadora para dirimir estigma sobre a população em situação de rua.

**Fotografia 1 - Submarino Museu Riachuelo atracado no Museu Naval no Rio de Janeiro**



Fonte: DefesaNet Estratégia e Defesa do Brasil e do Mundo (2018).

**Fotografia 2 - Escuna Nogueira da Gama**



Fonte: Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (2014).

Com essa aposta sobre a linguagem artística, dividimos esta monografia em três capítulos, assim dispostos:

No primeiro capítulo abordaremos o Serviço Social como profissão que requer meios de intervenção e toma a linguagem como componente relevante para a construção de sua instrumentalidade no decorrer dos processos vivenciados no espaço ocupacional.

No segundo capítulo discorreremos sobre a população em situação de rua em seu processo histórico, social e político como expressão da questão social no Brasil, suas lutas, movimentos e conquistas dentro da política do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse capítulo desnuda o projeto societário hegemônico que priva o atendimento às demandas do cotidiano da população em situação de rua, como alimentação, banho, saúde, abrigamento, internação, documentação, emprego, moradia, comunicação com a família, recâmbio, educação e lazer. Conquanto, indica que este público resiste de forma singular e coletiva na direção do exercício da cidadania.

No terceiro capítulo teceremos uma aproximação do processo de formação no Serviço Social e o relato da minha experiência com a música e o encontro com o coral “Uma Só Voz”. Neste capítulo, o sexto princípio do nosso Código de Ética Profissional, que indica o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”( BRASIL, 1993, p. 23), se tornou uma bússola na minha formação.

## **2 O SERVIÇO SOCIAL E SUA MATERIALIDADE HISTÓRICA: TRILHANDO OS CAMINHOS DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL**

Os assistentes sociais se apropriam de um caráter pedagógico, em seus processos de mediações e intervenções entre a classe trabalhadora em suas demandas e a classe burguesa em suas determinações. Ainda que carregados de um viés conservador e de regulação moral e social desde o início da primeira turma de Serviço Social no Brasil, nos anos de 1936, até o Congresso da Virada em 1979, quando parte de suas práticas estava adquirindo nova direção ético-político renovada, o conteúdo educativo volta-se, agora, ao fortalecimento e a consciência da classe trabalhadora, tendo a própria profissão se reconhecido como parte desta classe. Nesse processo de mudança em sua práxis profissional, há a requisição de um novo perfil de assistente social e, portanto, atenção à natureza política e pedagógica de seu trabalho profissional.

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho neste momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de “entender o tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo também, para moldar os rumos de sua história (IAMAMOTO, 2005, p. 49).

Os desafios de se construir relações democráticas pautadas na defesa intransigente dos direitos humanos, dentro da vivência da realidade do campo profissional ao qual estamos produzindo e reproduzindo nossa práxis, se expressam além do cotidiano. Nos espaços ocupacionais, as raízes de nossa formação comparecem e temos pilares que foram levantados em cima de um modo de produção à custa de quase 500 anos de escravidão dos negros.

O modo de produção escravista escreveu a história da colonização para servir aos interesses econômicos de uma oligarquia agroexportadora, chegando aos dias atuais com forte racismo estrutural no Brasil, cujos indicadores examinaremos à frente, particularmente, sobre a população em situação de rua. O processo histórico, social e econômico brasileiro se estruturou sob o exercício de um poder violento que se propunha e ainda se propõe a responder as expressões da questão social a partir de um aparato institucional com importante ênfase nas ações coercitivas. Em contrapartida, nestes paredões levantados e sustentados em burocracias oligárquicas rurais e burguesas vemos fissuras alcançadas a custo de muitas lutas

que tiveram sua materialidade em legislações sociais, particularmente, a partir do processo de redemocratização que desembocou na Constituição Federal de 1988.

Isso expressa a construção coletiva de uma democracia para acesso aos direitos sociais, por meio de políticas sociais para todo e qualquer cidadão, sem, contudo, ter o Brasil edificado uma seguridade social universal e de qualidade. Nesta combinação entre a letra da lei e a insuficiente oferta de políticas sociais, deve-se registrar que a assistência social prevista na Carta Constitucional é para qualquer pessoa que dela precisar. O artigo 203 da Constituição Federal versa que a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988, p. 137).

As assistentes sociais trabalham, então, nesse liame permanente entre uma sociedade edificada sobre a naturalização da violência institucional, seletivamente incidindo sobre os que vivem do trabalho e interseccionados por gênero, raça e orientação sexual; e a força das lutas sociais que obriga o Estado a também intervir com políticas sociais enquanto respostas às necessidades de reprodução social da classe trabalhadora. Os nossos diferentes espaços sócio ocupacionais são, portanto, territórios contraditórios de demandas onde temos a “coesão social e um forte apelo moral ao bem comum”, discurso esse que corre paralelo à reprodução ampliada das desigualdades, da pobreza e violência. Estas tendem a ser naturalizadas e o horizonte é a redução de seus índices mais alarmantes (IAMAMOTO, 2009).

## **2.1 No contorno do espaço ocupacional: a partilha da experiência na objetivação de novas vivências**

### **Quadro 2 - Projeto Turismo Social**

A universidade tem um projeto de Turismo Social e é um dos componentes da rede que trabalha em conjunto com o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP. O passeio foi para o morro da Urca no bondinho do Pão de



Açúcar.

Neste dia ao adentrar no equipamento Centro Pop observei uma movimentação diferente, eufórica, de brincadeira, escolhas de roupas e acessórios ao se prepararem para a saída do passeio na Urca. A minha supervisora já tinha me falado deste projeto da universidade e eu fui voluntária a participar neste passeio. Alguns usuários já estavam aguardando em um grupo do lado de fora do equipamento para a saída. Outros usuários estavam terminando de tomar seu banho, tomar seu café e escolher uma roupa para o passeio.

A prioridade do banho e café era para os usuários inscritos no projeto. Alguns usuários que estavam abrigados, também iriam participar do passeio. A equipe técnica estava se dividindo entre técnicos e educadores para acompanhar o projeto. A equipe da universidade juntamente com o professor do projeto conduziu o passeio desde Niterói até a Urca, disponibilizando um ônibus da universidade e lanches para os usuários.

O trajeto foi com conversas e relatos de histórias dos lugares em que passavam. Chegamos a Urca e os responsáveis pelo projeto (alunos do curso de turismo) explicaram como seria o roteiro e convidaram o grupo a tirar fotos e ir à praia. Tinham dois usuários que precisavam de uma maior atenção, pois um era paciente psiquiátrico e fazia uso de remédio controlado e a outra era uma jovem senhora com um comprometimento mental. O passeio seguiu na subida ao bonde e foi um tempo de contemplar a paisagem, um tempo de conversas, de fotos, de curiosidade, de sorrisos, de contentamento, de reflexões. “Eu me sinto diferente, em paz, desestressada”, foi a resposta de uma usuária quando eu perguntei se ela tinha gostado do passeio.

Na verdade, o viver em situação de rua, nas condições econômicas e sociais desprotegidas, nas condições de vínculos rompidos, sem proteção emocional, sem segurança nas relações, descaracterizados de seus pertences, de seus objetos de reconhecimento como o “meu” levam os sujeitos a atingirem um estado físico, mental, emocional e relacional de agravos sociais e à saúde.

Neste dia eu me vi neles, pois da mesma forma que estavam admirando o local, as paisagens, as conversas, as fotos, de igual forma era meu sentimento. Considero este projeto de Turismo Social, assim como as artes, instrumentos de grande poder para se reconstruir os vínculos e os valores perdidos no grupo que vive hoje em situação de rua. Sua valorização como ser humano, como cidadão no viver em sociedade desigual se colocou para nós. A presença da universidade pública junto com a assistência social estabelecendo pontes de pertencimento e de interação social marcou a minha formação. Neste dia meu relato foi de

satisfação e agradecimento pela oportunidade de participar deste momento com o Centro Pop.

DOS SANTOS CARDOZO, Gabriela. Projeto Turismo Social. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2018.

A partir deste Projeto com a rede universitária, de construção e reconstrução da relação entre os usuários do Centro Pop com a cidade, sob uma perspectiva de conhecimento e reconhecimento dos espaços históricos, lúdico, paisagístico, cultural e artístico, vislumbrei a sinalização de um farol que me indicava a possibilidade de um encontro entre minha experiência e uma nova vivência. No processo de ensino-aprendizado do curso de serviço social, nas leituras das mais diversas ciências e categorias que passamos a fazer parte, foi na fonte da educação que construí meus parâmetros, para assim, dar materialidade na busca de uma articulação entre a experiência e novos conhecimentos.

Para Conceição (2010), citando Gramsci, a educação é o principal meio para que sujeitos acríticos se transformem em sujeitos conscientes, têm um caráter ideológico e político. O que ele queria dizer? Quem seriam esses sujeitos? Em Saviani (2007), vemos a busca ao encontro desta consciência, onde ele diz que a educação significa promover o homem, torná-lo capaz de conhecer os elementos de sua situação para nela intervir e transformá-la no sentido de uma ampliação de liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens. Trata-se, pois, de uma tarefa que deve ser realizada. Isto nos permite perceber a função da valoração e dos valores da vida humana. Os valores indicam as expectativas, as aspirações, que caracterizam o homem em seu esforço de transcender-se a si mesmo e à sua situação histórica; como tal marcam aquilo que deve ser em contraposição àquilo que é. A valoração é o próprio esforço do homem em transformar o que é naquilo que dever ser. Na mesma direção, temos:

O trabalho do assistente social tem também um efeito que não é material, mas é socialmente objetivo. Tem objetividade que não é material, mas é social [...] tem também efeitos na sociedade, como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que por sua vez, tem efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos (IAMAMOTO, 2005, p. 67).

É neste contexto de apreensões teórico-metodológicas e ético-político, na apropriação da linguagem pedagógica e estética que me proponho a ir ao encontro de uma base técnico-operativa para o Serviço Social no campo das artes.

A função da arte, de acordo com Fischer (1987), concerne sempre ao homem total, capacita o “Eu” a identificar-se com a vida dos outros, capacita-o a incorporar aquilo que ele não é, mas tem possibilidade de ser. Quando utilizada para educar, procurando substituir a conformidade e a alienação pela criticidade, a arte pode ser um instrumento potencializador do trabalho do assistente social enquanto intelectual orgânico da classe trabalhadora. Entende-se que a arte pode servir a esse homem como meio de “libertação”, como meio de pensar com mais criticidade, sua própria existência, podendo auxiliar o desvendamento da alienação que sofremos no cotidiano de nossa realidade social (CONCEIÇÃO, 2010, p. 58-59).

Este artigo foi de suma importância para vislumbrar o quão equidistante está a capacidade de apreensão do profissional de serviço social, tanto em sua função educativa quanto estética em suas intervenções diretas ou indiretas com os usuários nos mais diversos espaços ocupacionais, com a sociedade em geral e com profissionais das mais diversas áreas, e das mais diversas instituições que compõem as áreas da esfera do Executivo, Legislativo e Judiciário.

O Centro Pop é um equipamento da proteção social que está inserido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) como sendo de média complexidade e foi criado para atender a população em situação de rua. No Município onde estagiei, é uma instituição de natureza pública estatal com gestão municipal. Os serviços ofertados neste equipamento estão pautados na tipificação da PNAS onde os usuários têm seus acessos através da articulação das diversas redes, sejam elas socioassistenciais, redes sociais locais, serviços de políticas públicas setoriais, sistema de segurança pública, instituições de ensino e pesquisa, serviços e projetos de instituições não governamentais e comunitárias e demais órgãos do sistema de garantia de direitos. O serviço de abordagem e a Guarda Municipal também constituem parte integrante da Equipe do Centro Pop. A equipe técnica é composta de seis assistentes sociais (06), duas psicólogas (02) e quatro educadoras (04). A gestão administrativa é composta por uma coordenadora e dois assistentes administrativos (02). A parte das instalações é composta de recepção técnica e acolhida inicial; sala para Coordenação; sala para equipe técnica; sala para equipe de Abordagem Social<sup>2</sup>; 02 salas de atendimento individual ou familiar; 01 sala de atividades coletivas; banheiros masculino e feminino para usuários; banheiros masculino e feminino para equipe; refeitório; cozinha; sala para Guarda Municipal; quadra para atividade e uma área de lavagem de roupas.

---

<sup>2</sup> Abordagem Social: é ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, como trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de crack e outras drogas, dentre outras. O serviço configura-se como um importante canal de identificação de situação de risco pessoal e social que podem, em determinadas situações, associar-se ao uso abusivo ou dependência de drogas (Tipificação Nacional de serviços Socioassistenciais, 2009).

Os usuários são adultos entre 18 e 59 anos em situação de rua. São na maioria homens negros entre 18 e 49 anos e que tiveram seus vínculos familiares, sociais e de trabalho rompidos. Muitos também apresentam um diagnóstico de saúde mental, algum tipo de deficiência cognitiva, física e que também desenvolveram uma dependência química de álcool e/ou de outras drogas. No entanto, recebemos também demanda de famílias que são de outros estados ou municípios, refugiados ou imigrantes e idosos que procuram abrigo. Os usuários chegam ao equipamento através de demanda espontânea ou através da abordagem social. Podendo ser referenciados também por outros equipamentos da rede socioassistencial, outras instituições ou pela própria sociedade.

Os serviços prestados pelo Centro Pop são diversos, como a acolhida, escuta qualificada, alimentação, higiene pessoal, estudo social, diagnóstico socioeconômico, informação, comunicação e defesa de direitos, orientação e suporte para acesso à documentação pessoal, orientações e encaminhamentos para a rede de serviços locais, articulação da rede de serviços socioassistenciais, articulação com outros serviços de políticas públicas setoriais, articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos, mobilização de família extensa ou ampliada; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; mobilização para o exercício da cidadania; articulação com órgãos de capacitação e preparação para o trabalho, estímulo ao convívio familiar, grupal, elaboração de relatórios ou prontuários, recâmbiamento e encaminhamento para redes de acolhimento, sendo que os de rotina são: acolhimento, banho, almoço, atendimento, participação em oficinas de redução de danos (organizada pelo Centro de Atenção Psicossocial – CAPS), participam de oficinas para a reinserção como indivíduo social e sujeitos de direitos (organizadas pelo Centro Pop como o varal da cidadania, oficina de artes, oficina de pedagogia, oficina de cultura e oficinas de lazer, sendo a última organizada pela Universidade Federal Fluminense). Uma grande demanda a ser destacada também é a retirada de segunda via de documentos e a busca por abrigo.

Neste tempo de estágio no Centro Pop, através do cotidiano do serviço social, na dialética das diversas demandas dos usuários e da sociedade, no esforço de viabilizar redes de acesso às políticas sociais, observei que um dos principais instrumentais utilizados pelas técnicas ao longo do atendimento aos usuários é o Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar que é um planejamento conjunto do trabalho social desenvolvido, entre usuários e profissionais, imprescindível para o alcance dos objetivos desse processo. Este plano é um processo construído junto com os usuários que tem como proposta delinear os caminhos a serem seguidos como equipe, expressar os objetivos onde se quer chegar, podendo também

contar com a participação de profissionais da rede. O Plano de Ação Continuada (PAC) deverá colher as seguintes informações: quem é o usuário e sua trajetória de vida (história em outros serviços etc.); referências e vínculos; demandas e necessidades; potencialidades que podem/devem ser fortalecidas; recursos existentes para superação de dificuldades; estratégias a serem adotadas; compromissos assumidos; percurso proposto para o acompanhamento (intervenções, ações de interesse, periodicidade etc.); objetivos e metas que se pretende alcançar; e avaliação contínua do acompanhamento. Deste lugar de fala que busco apreender nas relações sociais vivenciadas, nas posturas interventivas, nas condicionantes de trabalho, uma forma de organizar a minha práxis dentro do conjunto das formas de objetivação dos sujeitos sociais que me deparei nas relações desta instituição.

Os momentos mais produtivos de garantia de autonomia desses sujeitos era quando nos reuníamos na quadra para participar de oficinas com o CAPs, em uma construção coletiva com toda a equipe que ali vivenciava as relações do cotidiano. Uma das experiências mais marcantes foi ver uma Guarda Municipal sentada na roda, ouvindo cada profissional, cada usuário, cada fala com um olhar bem expressivo e singular de uma visão que nas ruas é impossível se construir, quando são convocados, a imprimirem a força e o poder de autoridade.

A experiência funda também uma ordem epistemológica e uma ordem ética. O sujeito passional tem também sua própria força, e essa força se expressa produtivamente em forma de saber e em forma de práxis. O que ocorre é que se trata de um saber distinto do saber científico e do saber da informação, e de uma práxis distinta daquela da técnica e do trabalho. O saber de experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana. De fato, a experiência cria uma espécie de mediação entre ambos. É importante, porém, ter presente que, do ponto de vista da experiência, nem “conhecimento” nem “vida” significam o que significam habitualmente (BONDÍA, 2002, p. 26).

Os espaços ocupacionais são mediados por uma correlação de forças contínuas que estão pautadas nas construções históricas, sociais e econômicas da nossa sociedade.

Assim, o espaço profissional não pode ser tratado exclusivamente na ótica das demandas já consolidadas socialmente, sendo necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade (IAMAMOTO, 1992, p. 4).

Nesta apresentação do Centro Pop, espaço do estágio, busco situá-los nas mais diversas teias de relações vivenciadas no seio deste equipamento. No entanto, o prisma de onde falo, de onde vivo minhas experiências como estagiária será dentro de uma ótica que visualize e forme um projeto onde o uso da linguagem da arte, como um potencial educativo,

dialogue com os objetivos profissionais da profissão, visando a emancipação do sujeito social e sua consciência de cidadania e de uma práxis emancipatória.

Segundo Fisher (1987 apud CONCEIÇÃO, 2010), a arte pode levar o sujeito a compreender a realidade e transformá-la, pois tem como possibilidade tirar o homem de um estado de fragmentação. Entende-se que a arte pode servir a esse homem como meio de “libertação”, como meio de pensar com mais criticidade, sua própria existência, podendo auxiliar o desvendamento de alienação que sofremos no cotidiano de nossa realidade social.

## 2.2 Questão social: apreensão sócio-histórica e a construção da instrumentalidade

### Quadro 3 - Na trajetória da liberdade: "eu tenho medo de dormir nas ruas"

Às 09h40, do dia 12 de setembro de 2018, foi realizado um atendimento a um usuário com as seguintes características: homem auto declarado pardo, 61 anos, natural da Bahia, egresso do sistema penal, com a demanda de acolhimento. Relatou que não possuía nenhum documento, pois, se encontrava há seis dias em situação de rua logo após a saída da prisão. Trouxe consigo o Alvará de Soltura, referente a última prisão que acarretou em uma pena de um ano. No preenchimento da ficha cadastro, a técnica ao perguntar sobre os vínculos familiares o usuário relatou que aos 19 anos de idade cometeu um delito e desde então passou em vários presídios onde teve sua pena aumentada em 42 anos após cometer 03 homicídios no sistema penal. Quando teve sua primeira prisão, aos 19 anos, seus irmãos tinham entre 07 e 08 anos de idade e, desde então, nunca mais teve contato com seus familiares. No período em que esteve em condição carcerária, no estado do Rio de Janeiro, trabalhou no presídio e tinha uma quantia a receber no valor de R\$ 7.500,00. No entanto, após cumprir uma de suas penas e ser solto foi em busca do dinheiro na Fundação Santa Cabrini, instituição que tem a missão de promover a inserção social do apenado através de trabalho no cárcere. Contou-nos que ao solicitar uma carona com um grupo em um taxi, foi interpelado pela polícia e todos foram acusados por tráfico ilícito de drogas, onde foi efetuada sua última prisão, sendo levado seu dinheiro e todos os seus documentos.

A primeira demanda seria acolhimento, no entanto foi orientado a retirada dos documentos enquanto se busca a possibilidade de um abrigo, tendo em vista que no município onde se dava o atendimento, assim como no Rio de Janeiro e adjacências não tem

vaga para idoso.

Ao fazer este atendimento com minha supervisora, fui remetida a analisar que o usuário do equipamento que faço estágio, população em situação de rua, é todo aquele que ao percorrer sua história, teve violados os seus direitos de cidadão, pelas condições históricas, sociais, políticas, civis, humanas, jurídicas e principalmente constitucionais impostas no nosso país.

Conforme dados estatísticos do ano de 2016 do Infopen – Um sistema de Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o Brasil é o terceiro país com maior número de pessoas presas, 726.712 encarcerados para 368.049 de vagas, evidenciando a superpopulação carcerária e as condições insalubres e desumanas nas cadeias e as violações de direitos. Cerca de 40% são presos provisórios, ou seja, ainda não possuem condenação judicial. Os crimes que mais levam as cadeias são tráfico de drogas, seguido de roubos e furtos e de homicídios. O perfil destes usuários são jovens entre 18 e 29 anos e são negros.

DOS SANTOS CARDOZO, Gabriela. Na trajetória da liberdade: "eu tenho medo de dormir nas ruas" . 2019.

Na centralidade do bojo desta análise busco me apropriar das condicionantes que nos fazem refletir junto deste relato de diário de campo, as mais adensadas expressões da “questão social” aí delineadas. O percurso de caminhada deste usuário no sistema prisional brasileiro desde o final de sua adolescência, nos faz buscar onde estão imbricadas as amarras da nascente de um país marcado pela violência e pela violação de Direitos Humanos. Os descendentes dos homens e das mulheres sob a diáspora africana, então, agora não mais escravizados pelas raízes de um país colonizado, mas submetido a um novo sistema regido pelas condições criadas dentro de um novo mundo. Onde as relações sociais se dão em função de uma terraplanagem onde se arrancam as amarras do velho mundo, para assim construir “as bases de uma sociedade livre”, porém adensadas em novas formas de exploração e expropriação da vida humana em suas formas materiais e imateriais.

As expressões da “questão social” são o objeto, a matéria prima de investigação, de pesquisa, de estudo, de mediação para a profissão do serviço social. Porque não dizer a produção da engrenagem da sociedade capitalista advinda da relação capital x trabalho, onde se aglutinam as contradições da venda de uma força de trabalho livre a um “Mundo do Trabalho” de subserviências, de exploração, de Direitos Sociais e de Direitos de Cidadania.

A gênese desta expressão “questão social” surge então no final do século XVIII, início do século XIX na Europa Ocidental onde a pobreza vai crescendo na medida direta em que se aumentava a capacidade social de produzir riquezas, bens e serviços, onde seus membros se vêem despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente (NETTO, 2001). No mesmo período histórico, o Brasil era colônia e mantinha os escravizados sob condições aviltantes. Não se tratava de trabalhadores livres, mas a riqueza da colônia era produzida a partir da escravidão, cujos negros quando “livres” ficaram sem acesso à terra e sem os meios para produzir e reproduzir a vida. Essa menção é importante para entender, aqui, as determinações históricas da prevalência da população em situação de rua ser negra.

Na Europa, vimos a questão social como um fenômeno novo, onde o proletariado se supera, participando em suas relações não mais como um proletariado de massa condicionado às forças da máquina, mas se inicia uma ruptura, se reconhecendo de classe em si para o protagonismo político de classe para si.

Uma das resultantes de 1848 foi a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado da condição de classe em si a classe para si. As vanguardas trabalhadoras acederam, no seu processo de luta, à consciência política de que a “questão social” está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela (NETTO, 2001, p. 156).

As décadas de 1920 e 1930 se configuram em processos históricos tanto no âmbito internacional como nacional que corroboram para mudanças profundas e largas e desmedidas que esboçam uma centralidade do entendimento material da então “questão social” que busco aqui abordar. A economia agroexportadora, originada do trabalho escravo e, no período, já contando com os imigrantes brancos europeus, promoveu através da burguesia, da estrutura arcaica fundiária e com o Estado um conjunto de ações repressivas combinadas com iniciais políticas sociais . O controle social se adensa à medida que o proletariado se organiza, travando lutas para sobreviverem a todo pauperismo e escassez de condições salubres de vida e de trabalho. Mister salienta que a terça parte desta mão de obra foi constituída de mulheres menores de 18 anos e de crianças operárias até cinco anos em indústrias de São Paulo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 137-138).

Amontoam-se em bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casas infectas, sendo muito frequente a carência – ou mesmo falta absoluta – de água, esgoto e luz. Grande parte das empresas funciona em prédios adaptados, onde são mínimas as condições de higiene e de segurança, e muito frequente os acidentes. O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica



em nível insuficiente para a subsistência (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 137).

Podemos desenhar aqui o caminho percorrido por um processo histórico que se assenta em um piso cheio de contradições, tensionado por relações de poder cujo objetivo maior é a acumulação do capital e a garantia de super lucros desmedidos, gerando assim, inevitavelmente uma sociedade marcada por mutilação de direitos sociais. O Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista - ele é o seu Estado (NETTO, 2011). Neste cenário avistamos um Estado que busca legitimação política, mas se torna híbrido em suas relações societárias – atende aos interesses das classes dirigentes e mantém os trabalhadores sob mecanismos de controle social. O capital legisla em seu favor até mesmo nas conquistas dos direitos trabalhistas, reconhecendo parte da pauta de luta da organização operária, mas os mantendo sob as condições requeridas de venda da força de trabalho, tão necessária à produção da riqueza. O controle social deverá adentrar também no comportamento do operariado, onde educar moralmente a si, seus filhos e a sua família. Seria um dever do Estado, onde toda sua regulação social permearia as relações privadas destas pessoas, já que seu tempo livre nos períodos de férias e de diminuição da carga de trabalho poderiam ser perigosas em face ao circuito de circulação urbano requerido dos empregadores ao operariado – da casa ao trabalho e vice-versa. As ruas passam a ser tomadas como espaços de perigos sociais, como as práticas de embriaguez pública, do jogo e do sexo fora das relações familiares, cujos perigos eram tomados como ameaças às exigências de um trabalhador disponível à produção de mercadorias e à provisão e ao cuidado de sua família.

As expressões da “questão social” no capitalismo monopolista requisitam uma operação do Estado simultânea à naturalização do pauperismo, convertida em uma ação moralizadora que culpabiliza o indivíduo tomado como único responsável pelas suas condições sociais. Relatar em diário de campo as relações cotidianas e demandas no meu estágio, significa não meramente descrever partes de um atendimento a um usuário, ou observar partes de uma intervenção profissional, ou me apropriar da parte de um momento político, ou socioeconômico posto, mas sim me apropriar da totalidade. Como diz Marx, a totalidade nunca alcança uma etapa definitiva e acabada (KONDER, 2014). No entanto, a realidade sempre será uma parte do todo que estará disponível para dialogarmos e criarmos novas sínteses que nos possibilitem ter uma visão do todo.

Ao me debruçar sobre os três pilares que norteiam as construções interventivas da profissão, os aportes teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, refletimos ao

conjunto de sínteses para assim tornar possível a proposição de uma intervenção que será orientada por uma instrumentalidade, entendida como a capacidade adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais, existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano (GUERRA, 2000).

É indissociável a gênese histórica da “questão social” e da requisição de uma profissão que tivesse como objeto de trabalho intervir sobre as expressões desse conflito de classe em suas diferentes feições de desigualdade social. Nas cinco notas a propósito da “questão social” o professor José Paulo Netto afirma:

Vemos a que a desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúrias e toda e qualquer desamparo de conjuntura econômica, são vistas e tratadas como questões naturalizadas e de ordem moralizadores que deverão ser enfrentadas de forma indissociável a ordem econômica-social estabelecida (NETTO, 2011, p. 155).

Essas expressões da “questão social” seguem se agudizando, particularmente, quando aceleramos o curso do tempo e aportamos na década de 1990, quando as mudanças na agenda econômica, na alavancada de um projeto neoliberal de abertura à financeirização internacional e da reestruturação produtiva no Brasil, requisita funções do Estado mínimas para a provisão de políticas sociais públicas e ativas para ampliar a autonomia do Mercado tomado como regulador das relações sociais de trabalho. A desregulamentação e a flexibilização do mundo do trabalho serão um marco, então, que servirão para maximizar a desproteção social ao cidadão brasileiro e a desigualdade social. O meu objetivo aqui não é me ater em pesquisas na área da economia para saber o adensamento destas mudanças, mas sim traçar uma reta perpendicular à proporção gigantesca que estas mudanças orientadas pela ofensiva neoliberal trouxeram para incidir sobre o agravamento quantitativo e qualitativo do fenômeno da população em situação de rua.

No Brasil, a ocorrência desta flexibilização para entendermos posteriormente as consequências avassaladoras que estamos vivenciando hoje, aumentou e gerou um grande exército de reserva sem perspectiva de inclusão nas relações de um trabalho formal que lhes garantam uma proteção social, ou seja, o direito do trabalho. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (1993), a flexibilização se deu em 4 categorias que implicaram em todas as relações sociais e econômicas e citam as seguintes: a flexibilização e

a desregulamentação salarial<sup>3</sup>, do emprego privado<sup>4</sup>, do emprego público<sup>5</sup> e a técnica organizacional<sup>6</sup>.

Não obstante, nesta mesma proporção, vemos a desregulamentação nas relações de trabalho, no direito individual do trabalho e da sua organização sindical. Diante deste quadro busco refletir nesta dialética as fissuras provocadas pela produção e reprodução da engrenagem do capital, cuja lei de acumulação capitalista sempre foi condicionada à criação de um contingente de pessoas destituída de laços mais estáveis ao mundo formal do trabalho e parte delas para reproduzir a vida passou a compor outras sociabilidades de trabalho, moradia e família nas próprias ruas.

A socióloga Vera da Silva Telles descreve da seguinte forma a sociedade brasileira: como imagens fraturadas de si própria, entre a de uma “sociedade organizada” que promete modernidade e seu retrato negativo feito de anomia, violência e atraso (TELLES, 2013).

[...] A questão social é aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção sempre renovada, entre a lógica de mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramadas nas relações de poder e dominação (TELLES, 2013, p. 115).

Essa fratura traduz na verdade os aspectos mais dilemáticos da sociedade brasileira, e é o que vem se expressando nas propostas em pauta de reforma da Previdência

<sup>3</sup> A Flexibilização e a Desregulamentação Salarial: O Brasil tem sido um imenso laboratório para os diversos tipos de política salarial. Apesar de tantos experimentos, os salários sempre perderam para a inflação. A consequência desta disputa tem sido uma distribuição funcional de renda crescentemente adversa à renda do trabalho e uma maior desigualdade na distribuição pessoal dos rendimentos. As políticas salariais, seja por decreto, decreto-lei, lei ou pelo mecanismo de realimentação inflacionária decorrente da indexação, terminaram por diminuir o nível médio do salário real da força de trabalho brasileira.

<sup>4</sup> A Flexibilização e a Desregulamentação do Emprego Privado: No caso brasileiro, o argumento de que a rigidez no emprego formal privado possa dificultar o ajustamento da economia, quer pelo maior grau de abertura comercial ou pela bem-sucedida inserção competitiva da economia brasileira no cenário internacional, conduz inevitavelmente à recomendação de que seja mudado o sistema do FGTS e de financiamento das atividades sociais, sobretudo da previdência, alterados ou suprimidos alguns direitos sociais e trabalhistas consagrados, respectivamente, na Constituição Federal de 1988 e na CLT.

<sup>5</sup> A Flexibilização e a Desregulamentação do Emprego Público: Argumenta-se que o crescimento do emprego e da massa salarial no setor público pode comprometer o alcance dos objetivos do programa de ajuste fiscal. Existem sugestões para que se aumente a flexibilização do emprego público através da revisão do estatuto da estabilidade, de uma maior contenção dos salários reais, de uma reavaliação dos benefícios garantidos pela Constituição de 1988 às pensões e aposentadorias dos funcionários públicos (art. 40 e 41), que limitam o controle do governo federal sobre os gastos com pessoal, e de uma menor intervenção do Estado na economia, uma vez que o mesmo responde diretamente por cerca de 12% do emprego formal total. Se este valor for acrescido ao emprego gerado nas empresas públicas e nos setores da economia com alto grau de intervenção governamental, este percentual eleva-se a 20%.

<sup>6</sup> A Flexibilização Técnico-Organizacional: A industrialização via substituição de importações teve uma proteção tarifária que gerou uma estrutura de mercado fortemente oligopolizada. A combinação de oligopólios com proteção não tardou em gerar ineficiências que comprometeram a capacidade da economia brasileira de se expor à competição tanto no seu mercado doméstico quanto no internacional. Por outro lado, a estrutura oligopolizada da indústria combinada com o monopólio sindical e as políticas salariais trouxeram um círculo vicioso do reajuste de salários-preços-inflação-reajuste de salários.

Social. Além de fragilizar a situação social (já precária) dos trabalhadores do mercado formal de trabalho, não promete mais do que sacramentar a exclusão de uma maioria que, desde sempre, esteve fora de qualquer sistema de proteção social – em 1990, estimava-se que, entre o desemprego e o trabalho precário no mercado informal, cerca de 52% da população ativa estava desprovida de qualquer garantia e proteção social (PNAD, 1990), formidável contingente de trabalhadores que vem sendo acrescidos, nos últimos anos, de novos excluídos do mercado de trabalho por conta do efeito conjugado de crise econômica e reestruturação produtiva. (TELLES, 2013, p. 119).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a população em situação de rua cresceu 140% desde 2012 e já se contabilizava quase 222 mil pessoas em março de 2020 e tende a aumentar devido à pandemia.

**Fotografia 3 - Falta de dados confiáveis sobre população em situação de rua dificulta enfrentamento do problema**



Fonte: Senado Federal (2019).

As crises econômicas, o aumento do desemprego que, hoje, no segundo trimestre de 2020 chegou, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ao número de 12,8 milhões de desempregados, as políticas fragilizadas de proteção social, a condução do Estado nas Políticas Econômicas e Sociais vão ter implicações diretas nas expressões da “questão social” do fenômeno da população em situação de rua.

No Centro Pop, nas demandas da população em situação de rua, somos profissionais que caminham diariamente em suas práticas-reflexivas para incluir estes usuários na intercessão de uma sociedade que já os conjugou como sujeitos fora de toda e qualquer relação de direitos. Desafiante é estar diante de um Estado, cujas as políticas públicas são temporais, fragilizadas em suas bases, influenciadas pela prática de gestores diversos

representantes de interesses privados organizados em agendas político partidárias. No entanto, como estagiária em serviço social, a formação para o compromisso ético-político do reconhecimento da liberdade, da universalidade de direitos, da autonomia, da emancipação e da plena expansão dos sujeitos sociais ali referenciados, assim como, a ampliação e consolidação da cidadania confluindo a acesso a direitos civis e sociais, a bens e serviços nos faz confrontar com essa combinação desigual entre o moderno e o arcaico que o Brasil atualiza, sendo princípios do Código de Ética Profissional que devem ser elementos centrais em nossas ações.

### 2.3 As relações do serviço social e das políticas sociais

#### Quadro 4 - Quem somos nós? Representantes do Estado ou dos cidadãos? - Parte I

- Bom dia! Senhor?! Ecoava a voz da educadora na nossa primeira abordagem naquele dia, mas ele estava debaixo de um cobertor encharcado de água após duas noites de chuvas. Naquela manhã do dia 10 de abril de 2019, a equipe do Centro de Referência para a população em situação de rua (Centro Pop), equipamento que eu faço estágio, foi convocada a se dividir em grupos e a fazer ações territoriais em diversos locais afetados pela chuva. Juntamente com uma das coordenadoras do equipamento e sua equipe, composta de uma educadora da abordagem social, duas assistentes sociais, fomos eu e outra estagiária do equipamento Centro Pop para o trabalho de abordagem. Tínhamos a responsabilidade por um território urbano, o Centro de um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que segundo a gestão municipal da assistência social estava com 48 pessoas a mais em situação de rua devido aos desabrigamentos domiciliares decorrentes das chuvas fortes.

Nesse momento, pensei na Resolução de nº 109 de 11 de novembro de 2009 que aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. No seu artigo 1, inciso II onde versa sobre os “Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade” e em sua alínea "b) Serviço Especializado em Abordagem Social” temos o seguinte detalhamento deste serviço: um serviço ofertado de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O serviço deve buscar a

resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009, p.31).

DOS SANTOS CARDOZO, Gabriela. Quem somos nós? Representantes do Estado ou dos Cidadãos? Niterói, 27 de abril de 2019.

A inquietação que se colocava era quão diversa se tornava a população em situação de rua, também composta por pessoas sem acesso às políticas de habitação e expostas às edificações de domicílios precários mais vulneráveis às chuvas. Como responder às demandas sociais imediatas e conectá-las às políticas sociais historicamente insuficientes? Como o trabalho profissional pode apreender essa determinação e investir numa resposta profissional atenta ao mandato da proteção social de média complexidade da assistência social, onde a abordagem se situa?

Nesta experiência de abordagem social, nos expomos à sociedade a partir do momento que nossa prática está sendo feita em um território público, pois são nestes territórios que vivem as pessoas que se encontram em situação de rua. Nas praças, nas marquises, nos cantos das esquinas, nos jardins, nas calçadas. No entanto, ouvir as pessoas que ocupam também estas áreas, sejam comércios, sejam ambulantes, sejam moradores e que convivem com estes transeuntes e saber o que eles têm a dizer e o que nós temos a responder faz parte da construção de um projeto societário.

#### **Quadro 5 - Quem somos nós? Representantes do Estado ou dos cidadãos? - Parte II**

Nas ruas, encontramos a sociedade civil que vinha ao nosso encontro com a seguinte pergunta: - Bom dia! Quem são vocês? A equipe de trabalho se apresentava como a equipe do Centro Pop que estava indo ao encontro de pessoas que se encontravam em situação de rua, seja pelo motivo da falta de moradia devido às chuvas, devido ao desemprego, advindos de outras cidades e outros diversos motivos, para conhecermos suas necessidades e apresentar a oferta dos serviços no Centro Pop onde daríamos o primeiro acolhimento a estas pessoas.

Assim, observei que os cidadãos conheciam os serviços oferecidos pela Política Nacional de Assistência Social voltadas a este público usuário e a partir de então sabiam que

ali nas adjacências teria um local da assistência social para acolher esta população. Neste primeiro dia de participação como estagiária de serviço social em uma abordagem social, pude entender que respostas eram construídas pelo Centro Pop naquela região.

Alguns usuários vinham ao nosso encontro agradecendo as mais diversas redes acessadas, no campo da saúde, como o Consultório de Rua, como no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), no campo sócio-jurídico, como na Defensoria Pública para a retirada de documentos e outros. Ainda, o reencontro de alguns usuários referenciados no Centro Pop que não retornaram, pelos mais diversos motivos, mas se sentiam agradecidos e valorizados quando lembrados, pelas assistentes sociais, inclusive pelos seus nomes e pelas demandas que não conseguiram concretizar e assim foram convidados a retornar ao Centro Pop para um novo atendimento.

De outro lado, foi observado a indignação de alguns, ainda que poucos usuários, quanto a sua situação de rua e a questão política vivenciada no município. “ Bom dia?! Bom dia pra vocês que já tomaram o café da manhã e eu que não comi nada até agora?! Este Centro Pop é sempre a mesma coisa, não serve para nada, não nos ajuda em nada ... e o prefeito de vocês ainda está preso? Sou morador de rua, mas não sou ladrão, não estou preso”.

DOS SANTOS CARDOZO, Gabriela. Quem somos nós? Representantes do Estado ou dos Cidadãos? 2019.

Nestes encontros e reencontros entendi que as relações de Estado e Sociedade e de Governo e Sociedade tinham uma grande representatividade na materialização das políticas sociais e nós éramos procurados para dar uma resposta às expressões da questão social materializada no fenômeno população em situação de rua. Neste momento nosso espaço sócio ocupacional estava sendo às ruas e as nossas demandas não eram mais somente dos nossos usuários diretos, mas sim, dar conta de dar respostas à sociedade civil como um todo. Ao sairmos do equipamento para operacionalizar o serviço da abordagem fomos também abordados por cidadãos, por associação de moradores com demandas sobre população em situação de rua, por aqueles que tiveram danos em suas casas devido às chuvas, por outros em situação de rua que ali expressaram seus agradecimentos, suas demandas, mas também suas indignações sobre os governantes, sobre suas condições vivenciadas naquele momento de pauperismo, falta de trabalho, perspectiva da vida e falta de projetos. Alguns usuários,

também expressaram suas insatisfações em relação a materialização das políticas do Centro Pop. Então, ao final daquele dia, me veio a seguinte pergunta: Quem somos nós? A quem representamos? Quando colocamos aquele colete institucional, estamos a serviço de quem e de que interesses? Que estratégias de linguagem, profissionais e estudantes do serviço social podem apostar na relação com um público cuja palavra é permanentemente subtraída de sentido e, portanto, de poder político? Somos convocados a mediar estas relações e apresentar o que as políticas sociais, em particular o que os serviços da assistência social propõem e o porquê de estarmos ali? O despertar de uma consciência política é salutar neste momento das vivências, das práticas que mediarão as mais diversas relações, seja com as pessoas domiciliadas, seja com a instituição e principalmente com o próprio usuário. A construção de vínculos com os sujeitos, as redes e os territórios são primordiais para podermos pôr em pauta o que propõe a Política Nacional de Assistência Social – PNAS para este usuário.

Conduzir nossas conversas em meio a rodas em volta de pessoas que se encontravam caídas nas ruas ou sentadas em praças, foi um movimento de apresentar à sociedade a autonomia e direito desse cidadão, suas limitações, quando há, físicas e mentais, o respeito à dignidade humana, ao protagonismo e interesses e manifestação de seus interesses, salvo quando estão colocando em risco suas próprias vidas ou de outros, sem julgamentos e sem estigmatização. A condução desta abordagem perpassa as relações territoriais, pois somos parte do todo, onde esta parcela da população que ali vivencia relações sociais de trabalho, de moradia, devem tomar ciência e conhecer que existe uma rede por ser integrada para o atendimento desta população. Conhecerem os serviços que os equipamentos do Serviço Único de Assistência Social oferecem como o Centro Pop; o Sistema Único de Saúde, como consultório na rua, o CAPS, as Organizações não Governamentais, como terceiro setor também é de suma importância. Construir uma mentalidade reflexiva de que os projetos societários se confrontam e que defendem a garantia da universalidade, igualdade e liberdade para todos, independente das condições culturais, sociais e econômicas encontra-se ameaçado com a ofensiva neoliberal. Digo isto pois, em uma experiência em abordagens, passamos por um episódio de um homem que se encontrava totalmente sem condições de discernir suas capacidades mentais e por isso era necessário uma intervenção para um tratamento de saúde mental. Nas caminhadas pelas ruas próximas e adjacentes, nas vias do comércio, nos locais onde ficam os guardas municipais, pude ver junto a equipe de abordagem, o quão são importantes as relações construídas nestes territórios por parte das técnicas do centro pop, dos educadores sociais, junto dos comerciantes, dos guardas municipais, dos seguranças de lojas, para evitar a violência e tecer espaços de trocas no território. Não obstante, jamais



deixaremos de nos lembrar que estamos em processos históricos e dialéticos que nos demandam diariamente a sustentação do projeto ético político que venha convergir com os direitos da classe trabalhadora.

Para responder estas perguntas, o artigo de Yamamoto, é fecundo para apreender a história passada e presente do serviço social, além de projeções atenta aos desafios aprofundados na realidade brasileira para o trabalho profissional imerso em uma agenda de recrudescimento da agenda neoliberal.

As condições que circunscrevem o trabalho do assistente social expressam a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade. O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama das relações e interesses sociais e participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, de respostas institucionais e políticas às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 610).

No artigo da autora com título “A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro” inicialmente apresentado verbalmente na conferência no VII Seminário Anual de Serviço Social promovido pela Cortez Editora, realizado no Teatro Tuca, em São Paulo, no dia 12 de maio de 2014, Yamamoto explora as contradições postas nas relações sociais de classe que são o solo cotidiano do trabalho.

Como a sociedade é atravessada por projetos sociais distintos — projeto de classes para a sociedade — tem-se um terreno sócio-histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença de forças sociais e políticas reais — e não mera ilusão — que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionalismo no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais (IAMAMOTO, 2014, p. 611).

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação às forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional. Não se trata de fortalecer a postura messiânica, mas reconhecer que toda conquista social realizada no Brasil se deu por luta de coletivos e que o trabalho do serviço social é requisitado para apreender essas forças vivas e explorar as fissuras presentes nos espaços sócio ocupacionais. Muito profícuo é nos lembrar que no ano de 2019, a prefeitura do Rio de Janeiro sancionou o Decreto de Nº.

43314/2019 que dispunha da internação involuntária de pessoas em situação de rua dependente de álcool e outras drogas e com problemas de saúde mental. O referido decreto impõe uma intervenção violando os direitos individuais dos sujeitos que utilizam as ruas como logradouros e ainda volta a recorrer à ações de coerção para o suposto cuidado de pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas de forma autoritária e ilegítima. Fortaleceu mais uma vez uma ideologia que não reconhece o território e a liberdade como espaço e princípio para o cuidado e somente a internação e o isolamento únicos meios para a abstinência dessas substâncias com um projeto higienista.

A Prefeitura não consulta aos agentes técnicos qualificados para as ações em questão, nem ao corpo da saúde e a sociedade civil. Fortalecendo uma proteção de cunho filantrópico/privada, tirando a responsabilidade ,mais uma vez, do Estado ao responder estas questões sem considerar os Direitos Humanos, o Direito à Saúde, nem o cuidado da saúde mental que já conquistou grandes avanços com a reforma antimanicomial e com o cuidado de usos prejudiciais de álcool e drogas, onde vemos os CAPS e os consultórios na rua fazendo um trabalho de redução de danos, com uma equipe multidisciplinar, dentro do próprio centro pop, garantindo assim uma promoção em saúde. Diante disto, o Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ), lançou o termo de orientação 2º edição/2019 – Atuação de Assistentes Sociais na Abordagem às Pessoas em Situação de Rua – onde é de grande valia destacarmos entre as afirmações:

Em particular é hora de reafirmar coletivamente as defesas intransigentes das conquistas trazidas pela Seguridade Social e pelas Reforma Sanitária e Psiquiátrica que indicam um trabalho coletivo em saúde, a partir das lutas antimanicomial e antiproibicionista às drogas, apontando a necessidade de implantação de serviços substitutivos de atenção psicossocial de base territorial e comunitária, que possibilitem tratamento humanizado, autonomia, convívio social e comunitário. Ainda, estabeleceu a primazia do Estado na implementação da política de saúde mental, por meio do fechamento de hospitais psiquiátricos, na perspectiva de superação hospitalocêntrica, medicamentosa e manicomial, além de apontar diretrizes democráticas de participação social (CRESS-RJ, 2019, p.4).

Ademais existe uma necessária autonomia a ser explorada entre o trabalho profissional na política pública e a política pública propriamente dita. Portanto, profissão não se confunde com política pública e nem o Serviço Social se confunde com assistência social. Assim, seus agentes não são meros operacionalizadores de políticas emanadas do Estado, ainda que a política pública — e particularmente a seguridade social — seja uma mediação determinante no exercício da profissão no mercado de trabalho como uma das respostas institucionalizadas às expressões da “questão social”. Essas afirmativas têm consequências para tratar o tema

proposto, pois a profissão não se confunde com a responsabilidade do governo e de Estado, constitucionalmente responsáveis pela formulação, gestão, financiamento de políticas e programas sociais, ainda que a atuação nesse campo seja uma de nossas competências profissionais, resguardadas pela Lei de Regulamentação da Profissão, de 1993. Certamente existem tensões entre projetos profissionais e políticas governamentais e nítidas disputas teóricas e políticas no direcionamento do Serviço Social brasileiro, conclui Iamamoto (2014).

### **3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: HISTÓRIA, LUTA E MOVIMENTOS SOCIAIS**

Neste capítulo caminharemos nas rotas de um país que teve em seu processo histórico e social marcas que despontavam nos portos da capital e deixaram largas e profundas desigualdades de classes, de raças. No processo histórico construído nas ruas e em suas trajetórias, ora busco demonstrar como em um espelho côncavo, capturar a imagem real incidida sobre o objeto e ora buscando ter um campo maior de visibilidade como através de um espelho convexo, não perdendo a imagem. E ao continuarmos neste capítulo, jamais podemos perder a visão de um Brasil que começa sua história nas ruas da escravidão. Continua sua História na manifestação de luta pela vida, pelos direitos humanos nas ruas das grandes metrópoles, acendendo suas lutas pela garantia de uma vida com direitos humanos. São grupos que trazem consigo uma vida marcada por estigmas, preconceitos, juízos de valor, violação de direitos que levantam suas bandeiras de luta. Acompanhamos aqui a população em situação de rua.

#### **3.1 Nas ruas da capital do Brasil: processo histórico, social e econômico**

A partir do mirante da formação em Serviço Social, compreendemos que o período de colonização vai da metade do séc. XVI, até o séc. XIX. Em 1821, na Cidade do Rio de Janeiro, a então capital do Império, haviam 86.323 habitantes onde 45.947 eram livres (53,23%) e 40.376 escravos (46,77%) (SOARES, 2007), a metade da população era escrava, sendo a maior do continente americano. No mercado do Valongo se davam as mais violentas expressões de expropriação da vida humana. Possuía uns 50 estabelecimentos (ou verdadeiras cocheiras), onde os escravos aguardavam as mais diversas formas de imposição sobre seus destinos de sobrevida (SOARES, 2007).

Neste processo longo, de exploração de um modo de produção escravista, onde a maior mercadoria era “o escravo” que servia aos interesses econômicos de uma oligarquia agroexportadora, chegando aos dias atuais com forte racismo estrutural no Brasil, cujos indicadores examinaremos neste capítulo, particularmente, sobre a população em situação de rua. O processo histórico, social e econômico brasileiro se estruturou sob o exercício de um poder violento, regido desde das Ordenações Manuelinas (1512-1569), das Ordenações Filipinas (1603-1830) até a criação do primeiro Código Criminal próprio do Brasil, posterior a 1830. Nestas legislações, algo nos chama a atenção, um poder inquisidor no enfrentamento a questões que eles consideravam por vadiagem ou mendicância.

Conforme o Código Criminal de 1830, “não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta, e útil, de que passa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente. Pena - de prisão com trabalho de oito a vinte e quatro dias; andar mendigando: 1º Nos lugares em que existem estabelecimentos públicos para os mendigos, ou havendo pessoa, que se ofereça a sustentá-los, 2º Quando os que mendigarem estiverem em termos de trabalhar, ainda que nos lugares não hajam os ditos estabelecimentos, 3º Quando fingirem chagas, ou outras enfermidades, 4º Quando mesmo inválidos mendigarem em reunião de quatro, ou mais, não sendo pai, e filhos, e não se incluindo também no número dos quatro as mulheres, que acompanharem seus maridos, e os moços, que guiem os cegos. Penas - de prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mês” (GONÇALVES, 2016, p.7).

O fenômeno de estar em situação de rua sempre esteve atrelado a pobreza, mendicância, criminalidade de uma sociedade com profundas desigualdades sociais e governos de diásporas, seja nos grandes impérios, seja na sociedade capitalista. Faz-se necessário entender que algumas pessoas ficam nas ruas aguardando enquanto aguardam resolverem questões pessoais, financeiras, em busca de um trabalho que lhes garanta uma sobrevivência em domicílio. Outras pessoas já constroem suas vidas nas ruas e nestas ruas tiram sua sobrevivência, tendo atividades como catadores, como guardadores de carros, já aprenderam a viver nas ruas.

A rua aparece neste sentido também como um espaço de relações sociais e simbólicas, as quais não se reduzem a um significado puramente pragmático de respostas a fins específicos, trabalho, dormitório, etc. ou respondem puramente a necessidades básicas de vida. “Estar” na rua não é apenas uma estratégia de sobrevivência ou moradia, mas um modo específico de a existência mediado por sentidos sobre a habitação e pelos tramas de relações que a circunscrevem (KREZINGER, 2019, p. 19).

Por fim se existem as pessoas que ficam nas ruas, as pessoas que estão nas ruas, conluo para dizer que existem as pessoas que são da rua. Estas pessoas já fazem da ruas sua moradia e nelas e delas constroem suas histórias. Neste universo encontramos todos os três tipos mencionados na literatura organizada pela professora Miriam Krenzinger e o que aqui discorreremos fala um pouco desta vivência que fica marcada em todas.

### 3.2 Nas ruas: quem são eles na multidão da invisibilidade?

*"Eu passo pelas ruas e nelas deixo meus anseios, meus devaneios, eu tomo para mim essas Ruas. Quem sabe nelas o Estado, olhe o meu fracasso. E quem sabe nelas, o Estado me estenda os braços e será me lance em seu regaço...antes de passar pelas ruas, ninguém me viu, ninguém me ouviu...e a pátria mãe gentil? Onde me aboliu? Onde me pegou? Onde me lançou? Estou no meio deste Brasil, na orfandade deste Brasil."*

*(Gabriela dos Santos Cardozo)*

Para iniciar este capítulo me atenho ao Decreto Federal de Nº. 7.053 de 23 de Dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a Inclusão da População em Situação de Rua, que dá a seguinte definição a este grupo que estudo:

Parágrafo Único: Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p. 16).

**Fotografia 4 - População em situação de rua**



Fonte: Agência Brasil (2020).

Segundo autores das Ciências Sociais, o Fenômeno População em Situação de Rua está presente na sociedade brasileira desde a formação das primeiras cidades (CARVALHO, 2002) e tem em suas trajetórias de vida a marca da pobreza, vulnerabilidade, desfiliação e exclusão social. Escorel (2006) caracteriza como trajetórias de exclusão social que vão desde uma pobreza relativa<sup>7</sup>, uma pobreza absoluta<sup>8</sup>, assim como as representações sociais da pobreza.

Não é só com números que se fala de pobreza. Para além da dimensão econômica e dos estratos de rendimentos que conferem objetividade à situação de pobreza, a condição de ser pobre é estudada nas suas representações sociais, nas identidades e estereótipos imputados, nos atributos associados, no acesso à cidadania, nos modos de vida e culturas, nas características psicológicas etc. Assim, as noções que designam a pobreza podem ser analisadas através de cronologias e topografias que evidenciam emergências e mudanças nos conceitos e seus significados, como parte do universo simbólico de cada sociedade em determinados contextos históricos (SCOREL, 2006, p. 33).

Me aproximo da literatura de SCOREL (2006), atraída pelo estudo proposto pela autora em buscar as trajetórias anteriores de vida dos “moradores de rua” e os elementos constitutivos destas relações no âmbito familiar, de trabalho, rua e movimento, pois é uma pergunta que sempre me fiz todas as vezes que passava por pessoas e as via deitadas em calçadas, debaixo de marquises, embaixo das pontes, em cima de papelões. Ao longo do curso de Serviço Social, a medida que me apropriava dos conceitos da teoria social crítica que emergiam do processo ensino – aprendizado, as inquietações e os questionamentos das mais diversas “expressões da questão social” me conduziam a olhar para estas pessoas agora não mais dotada de simplesmente uma empatia humana que me fazia retirar o homem alcoolizado da rua e ir até a casa de sua irmã e ela não o receber (frustração e tristeza), empatia humana essa que me fazia convencer o taxista a levar um outro homem alcoolizado para se alimentar em uma igreja (satisfação e alegria), debaixo de tantos olhares de uma sociedade cheia de julgamentos e preconceitos (incapacidade e individualidade), empatia humana que me fazia sentar ao lado de alguém nas rodoviárias da vida, olhar nos seus olhos e perguntar: "que tristeza é esta que o faz se matar em seu vício? Desde que perdi minha esposa moça, ele responde". E o choro vem calando as palavras.

---

<sup>7</sup> A pobreza relativa, a desigualdade é a falta de recursos ou de consumo em relação a padrões usuais ou aprovados do que é considerado essencial, pela sociedade, para uma vida digna.

<sup>8</sup> A pobreza absoluta significa não ter acesso aos bens e serviços essenciais, é o afastamento de um mínimo necessário à manutenção da sobrevivência física de um indivíduo.

Mas agora, me apropriando das referências construídas ao longo do meu curso, vou ao encontro no Centro Pop, para observar, acolher, conhecer estas pessoas. Assim imbricada na dialética desta realidade das ruas, me atento para a experiência que brota do encontro entre esses sujeitos minha formação, onde a noção de direitos é reivindicada pela própria população em situação de rua na da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Quem são estas pessoas que a sociedade quer distância, que o Estado tem ignomínia? Ao longo de um processo histórico chamadas de mendigos, maloqueiros, vagabundos, drogados, indigentes, moradores de rua, malucos. Como eles se vêm e se movimentam nas Ruas? A autora Escorel mergulha na categoria exclusão indo ao encontro destas pessoas. No seu território de pesquisa, na Zona Sul do Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo, nos anos 90 (1997), para buscar conhecer as pessoas que vivem em situação de rua e desvelar as relações vivenciadas nas ruas.

Nos seus diários de campo, relata histórias de desavenças familiares, de dependência de drogas, de situações de extrema vulnerabilidade socioeconômica. Na sua dimensão macro, o fenômeno da exclusão está diretamente ligado a exclusão do mercado de trabalho onde ela cita e se apropria da visão de Castel, “de fragilização e ruptura dos vínculos sociais, primordialmente com o mundo do trabalho, com a constituição de uma zona (condição) de exclusão, o fim do processo de desvinculação, quando a precariedade econômica torna-se privação, e a fragilidade relacional, isolamento” (SCOREL, 2006, p.66). O tom dado pela autora em seu livro: “Vidas ao Léu”, traz a exclusão como eixo central de muitas outras categorias trazidas por ela, como o isolamento e solidão<sup>9</sup>. Aquele caracteriza impotência, incapacidade de agir como sujeitos políticos e se torna solidão na medida que ele agudiza o não pertencimento do mundo como sujeitos sociais.

Solidão é lava que cobre tudo. Amargura em minha boca. Sorri seus dentes de chumbo. Solidão palavra cavada no coração resignado e mudo. No compasso da desilusão. Desilusão, desilusão. Danço eu dança você, na dança da solidão (VIOLA; MONTE. A dança da solidão. EMI Music Brazil, 1972).

Então, deparo-me, através de uma abordagem sistemática de um artigo, onde as autoras Sicari & Zanella (2018) se debruçaram em uma pesquisa para apresentar todas as produções, referenciando diversos autores, voltadas para as pessoas em situação de rua entre

---

<sup>9</sup> Isolamento e solidão integram o mesmo processo de constituição de um “ solo pré-totalitário” no interior da sociedade de massa. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número ou à sua indiferença, ou à mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato dos trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder do voto (SCOREL, 2016, p. 166).

os anos de 2006 a 2016 (10 anos). Para acioná-los, trago um recorte no diário de campo, o qual considero de maior importância para conhecermos um pouco da vida e formas de viver destas pessoas.

#### Quadro 6 - Os encontros nas ruas do centro do Rio

Ela estava sentada em frente ao Santander, uma senhora branca, rosto marcado pelo sol e pela vida em situação de rua que já tinha um ano e meio, conforme ela me disse. Já são 21h35min eu me aproximo e digo: "boa noite". E pergunto: "como a senhora faz para se alimentar? Posso ajudar com um lanche?". Ela agradece e diz que vende latinhas e já tem a janta.

No território próximo ao meu trabalho, Igreja da Candelária, centro do Rio de Janeiro, vejo a diversidade biográfica e a estratificação social das pessoas em situação de rua e as formas mais diversas da vida nas ruas. No entanto, eu me deparei com uma mulher idosa, com um cream cracker nas mãos e uma garrafa de água e um olhar fixo para um horizonte sem fim e decidi parar. Então, para nossa conversa ter mais aproximação, me ajoelho e fico na mesma altura que ela e pergunto seu nome, de onde é e há quanto tempo estava nas ruas.

Conheço um pouco sua rede familiar, sua história de vida: "tenho dois filhos", diz ela. "Uma é do pai pobre e o outro é do pai rico". Pego meu pequeno caderno de anotações e coloco algumas informações que julgo ser importantes na abordagem social. Como estamos em dezembro de 2018, digo: "qual seria seu presente neste natal?", ela responde, "ver meus netos". Em posse dessas informações, pergunto: "se eu conseguir uma passagem, a senhora aceita?" - Os olhos dela brilharam, porém seu rosto demonstrava uma expressão de desalento. - "Já tentei com as assistentes sociais, dizem que vão conseguir, mas até agora nada."

A minha mente já estava na transversalidade das redes e com as informações, me despeço e digo: "se eu conseguir algo, eu volto aqui hoje!". E se aproxima um homem negro, mais jovem e fica me olhando sem dizer nada. Fiz uma busca nas redes e consegui o contato do filho que disse que viria buscar sua mãe no dia seguinte. Voltei às 22h30min, porém não a encontrei mais.

Em março de 2019, ao cruzar a via principal em direção ao meu estágio no Centro Pop, sou atropelada por uma garrafa de cachaça jogada na minha frente. Desvio rapidamente e me viro em direção de onde fora jogada a garrafa. Lá estava, para minha surpresa, minha amiga do Santander. Então corri ao encontro dela, que se encontrava embriagada, e disse: "Senhora! Senhora!", ela não abre os olhos. Peguei meu caderno e procurei pelo nome dela.



Ao chamá-la pelo nome, ela abre os olhos e me fita firmemente. Digo: "a senhora é mãe da Jéssica e do Carlos (nomes fictícios)?" . Ao dizer o nome dos filhos, ela, com esforço, se senta e responde: "sim". Eu pergunto: "o que a senhora precisa agora? Quer um café?" - Era bem cedo, por isso fiz essa pergunta. - Ela chora e diz que quer o companheiro. Eu digo: "vamos encontrá-lo! Vou ajudá-la." Então ela diz: "preciso de um lençol também". Eu respondo: "sei onde tem tudo isso!". E ligo para minha supervisora de campo e peço para levá-la ao Centro Pop. E com muita dificuldade a carregamos até lá. Um senhor me ajuda a levantá-la e sigo mesmo diante dos olhares da sociedade.

Chegando lá, eu já tinha o histórico, passei para minha supervisora, entramos em contato com o filho e ele veio buscá-la a noite. Ela me disse que o filho tinha 07 (sete) casas e já tinha dado 1 (uma) a ela, mas por causa do álcool tinha tido desavenças com a família. Relatou também que foi para as ruas quando seu marido a deixou e hoje ela tinha um outro companheiro que conheceu nas ruas.

De posse da minha empatia como pessoa a este universo das ruas e da minha formação no curso do serviço social e do meu estágio no Centro Pop, foi possível fazer esse reencontro familiar. Mais tarde soube que a Sra. Joana (nome fictício) estava de volta em casa, depois de ficar um longo período internada em uma clínica para tratamento da dependência de drogas, segundo informação de uma pessoa conhecida da família.

DOS SANTOS CARDOZO, Gabriela. Os encontros nas Ruas do Centro do Rio, 2018.

Caminharemos a seguir com as autoras Sicari e Zanella (2018) que citam alguns autores para falar das pessoas que usam as ruas como espaço de circulação e permanência, iniciam explicando as razões de utilizar o termo “pessoa em situação de rua”. Aqui as autoras trazem Mattos que diz que o uso desta terminologia é apontado como o mais adequado, pois “pessoas” remete a humanidade, pluralidade e multiplicidade nas diferentes formas de existir; e “situação” como algo que é “transitório”, em ininterrupta transformação, assim como ao se situar em um espaço particular, “simbolizado pela rua”. Alguns estudiosos dizem que essa terminologia distancia-se de uma perspectiva simplista, reducionista e individualizante. Entretanto, segundo as autoras, Santos problematiza o uso do termo “situação de rua”, pois acredita que este exclui o grupo populacional que tem uma relação duradoura, crônica com o habitar as ruas (SICARI; ZANELLA, 2018).

Na caminhada pelo descortinar das vivências destas pessoas que vivem na ruas as autoras Sicari e Zanella (2018) trazem Bueno e Saldanha que estudaram o perfil de idosos em situação de rua. “Ao pesquisar pessoas idosas em situação de rua, identificou-se o uso recorrente de álcool, ausência de renda financeira, autodeclaração de algum tipo de doença e a afirmação de não se perceberem envelhecendo, mas que se sentem velhos antes dos 60 anos” (SICARI; ZANELLA, 2018, p.666). Outra característica deste grupo é a dificuldade de se inserir no mercado formal e informal de trabalho. Alguns autores destacam também a falta de eficiência das políticas públicas em relação a este grupo. Digo, ao encontrá-los, que eles expõem o viver da fase de suas vidas que inspira alguns cuidados de saúde física, mental, emocional, que não são possíveis nas ruas. Abro aqui um parênteses para dizer que nas demandas de abrigo para idosos, nos anos de 2018, no Centro Pop, no meu estágio, eu presenciei, na maioria das vezes a necessidade deste público recorrer ao Ministério Público para acesso a este direito, tendo em vista não ter abrigos estatais para idosos.

Outro perfil estudado pelas autoras foram as mulheres em situação de rua. As autoras citam Rodrigues que “identificou que o número de mulheres nas ruas é de duas para cada dez homens, com faixa etária diversas”(SICARI; ZANELLA, 2018, p. 666). Alguns autores também citados neste artigo destacam a violência doméstica, a dificuldade financeira e o rompimento com vínculos sociais como fatores que imperam na ida para as ruas. “Por outro lado, essas mulheres também enfrentam a violência do tráfico, da repressão policial e estatal, da disputa por território e a violência de gênero, além das dificuldades em obter privacidade” (SICARI; ZANELLA, 2018, p. 666). Os pesquisadores citados por Sicari e Zanella (2018), destacam que por não haver ações direcionadas a este público, nas políticas brasileiras, se torna necessário “estratégias singulares e a construção intersetorial de cuidado entre políticas públicas de mulheres e de pessoas em situação de rua” (SICARI; ZANELLA, 2018, p. 666).

Nesta pesquisa sistemática, Sicari e Zanella trouxeram autores que buscaram entender a relação das crianças e adolescentes com as ruas e identificaram similaridades com a população adulta. Este grupo também chega nas ruas por trajetórias de fragilidades em seus vínculos familiares. “Para as autoras, o uso abusivo de drogas, está intrinsecamente ligado à vulnerabilidade do âmbito familiar e funciona como um propulsor para ida às ruas.” (SICARI; ZANELLA, 2018, p. 666). Segundo algumas autoras mencionadas por elas, como Moura et al. e Matias, existem dois sentimentos em relação às ruas para este grupo. “ Afirmando que no primeiro momento a rua se configura como espaço de liberdade e independência, mas logo em seguida, surgem as dificuldades de sobrevivência básica, configurando-se como espaço de privações” (SICARI; ZANELLA, 2018, p. 666).

Outro recorte importante foi entender a dinâmica de pessoas em situação de rua e o uso de álcool e outras drogas. Os autores, Alves e Moreira, estudados por Sicari e Zanella (2018), “Identificaram que a situação de rua está associada, predominantemente, ao uso de crack, condição social atrelada a fatores como: ausência de regras e normas sociais; núcleo familiar violento em que há pouco afeto e diálogo; baixa renda e desemprego” (SICARI; ZANELLA, 2018, p. 666). O uso de drogas tem um efeito de minimizar o sofrimento físico e psíquico sendo o álcool um anestésico que ora conforta e consola a condição de estar nas ruas e ora é o motivo de se estar nas ruas. Gomes e Adorno, segundo Sicari e Zanella afirmam que “acompanharam a trajetória de pessoas em situação de rua e apontam para a ineficácia de políticas públicas repressivas e as potencialidades do cuidado respaldado pela perspectiva de redução de danos” (SICARI; ZANELLA, 2018, p. 666). No Centro Pop, as redes do consultório na rua e do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) trabalhavam em conjunto conosco na construção de um aporte de sustento na caminhada deste usuário referenciado neste equipamento no que tange a relação de dependência e o direito de acesso à saúde para a realização dos cuidados necessários. A oficina de redução de danos acontecia nas quadras, junto das técnicas tanto do Centro Pop, como do CAPS, agentes educativos e agentes de segurança pública (guarda municipal).

Enfim, a relação destas pessoas que hoje encontram-se nas ruas com o trabalho, também foi fruto desta pesquisa. Um dos autores trazidos neste artigo “Identificou que o conceito de trabalho para pessoas em situação de rua assumem um papel constitutivo de subjetividade, sendo na maioria das vezes considerado como sinônimo de honestidade e pertença social, não sendo exercido com o objetivo de acúmulo de dinheiro ou bens, mas direcionado à sobrevivência nas ruas”. (SICARI; ZANELLA, 2018, p. 667). Outros autores trazem que a condição de vulnerabilidade social os leva a executar qualquer tipo de trabalho, sem exigir nenhuma garantia ou direito trabalhista. As pesquisas apontam que é comum estarem como vigias de carro, catadores de material reciclável e muitos em algum momento na mendicância como fonte de recursos. “Entretanto, algumas pessoas que desenvolvem as atividades acima mencionadas, não reconhecem suas estratégias de sobrevivência financeira como trabalho” (SICARI; ZANELLA, 2018, p. 667). É de grande urgência a criação de políticas públicas que possam inserir estas pessoas em atividades produtivas, para terem assim uma renda que os possibilitem a uma vida mais digna.

Alguns autores, citados por Sicari e Zanella (2018), trazem em suas pesquisas as razões e motivos alegados por este grupo tão heterogêneo que mencionei neste capítulo estarem, passarem ou permanecerem nas ruas. Dentre eles podemos citar os conflitos

familiares, os rompimentos de vínculos (morte de familiares, tragédias, separação conjugal, etc), o uso abusivo de álcool e outras drogas, o desemprego, a saúde mental e o prazer da liberdade que as ruas oferecem. A precarização do trabalho, o desemprego e as transformações econômicas. Essa condição se configura como uma síntese de determinações sociais fortemente marcadas pelo sistema capitalista. Alguns grupos também são imigrantes de outras cidades ou países devido a condições históricas, sociais, políticas e econômicas ou são de alguma comunidade sob o domínio de traficantes ou milicianos e foram expulsos. Segundo Rodrigues, citado por Sicari e Zanella (2018), vemos uma relação da culpa do indivíduo no processo escalonado até as ruas. Na ideologia neoliberal onde promove a “transformação da ideia da necessidade e do sofrimento em escolha [...], no qual a miséria não aparece como adereço das indigências fabricadas por estruturas societárias – a sociedade transfere assim, a culpa e a responsabilidade para o indivíduo” (SICARI; ZANELLA, 2018, p. 668). Nessa lógica, a pessoa em situação de rua é considerada não só culpada por sua própria condição, mas também responsável por problemas coletivos, como a violência, o tráfico, a degradação urbana e outras adversidades.

### 3.3 Nas ruas: no meio fio do preconceito, do estigma e da violência

#### Quadro 7 - Fragmentos de Jaccoud do livro Flores Amarelas

Um grupo de pessoas que moram nas ruas estava, como de hábito, numa sala aguardando o início da reunião. De repente, cinco guardas municipais fardados entram no recinto. Num salto, alguns que aguardavam o início da reunião se levantam. Um que estava mais perto da porta correu pelas escadas. O que estava ao meu lado chegou a empunhar a cadeira para se defender. Dei um grito e expliquei para todo mundo que os guardas estavam lá a meu convite.

Na reunião, todos já estavam de volta em seus lugares. O clima ainda assim tenso. Uma senhora com transtorno mental, que falava sem parar e sem pedir licença em todos os nossos encontros semanais, desta vez estava muda. Perguntas para lá, perguntas pra cá. A senhora com transtorno mental levanta a mão. Cena inédita porque ela sempre, sempre atropelava a fala de qualquer um.

- Posso fazer uma pergunta? - Claro. - O senhor é pai de família? – Tenho dois filhos. – Como o senhor se sente, como pai de família, tirando o sustento de outros pais de família? Pigarro, sons de cadeira se arrastando, silencia, tosse... – Bem, é... eu... Mais pigarro, mais tosse, mais cadeira se arrastando... Silêncio. – Bem, eu não vejo as coisas assim. Apenas cumpro ordens (JACCOUD, 2019, p. 72 - 74).

O Preconceito, a estigmatização e a violência são condicionantes permanentes nas histórias de vida destas pessoas. No tempo da escravidão, alguns escravos e os escravos

considerados bandidos eram marcados com ferro quente em seus corpos. Aqui, a violência e violações de direitos sofrida por parte da sociedade e do Estado, também deixava a marca, em seus corpos, do estigma da discriminação social. Na pesquisa organizada por Miriam Krenzinger vinculada ao Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Prevenção da Violência (NUPPAVJ), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo projeto de pesquisa era: “Políticas intersetoriais de prevenção à violência urbana junto às populações em situação de rua”, podemos ter a dimensão de como se dá esta violência.

A primeira seria referente àquela perpetrada por agentes do poder público, geralmente figurando-se como uma violência institucional. A segunda estaria relacionada à violência cometida pela sociedade em geral, em suas diferentes formas de agrupamento, organização e expressão – incluindo-se entre as próprias pessoas em situação de rua (KREZNINGER org. , 2017, p.24).

A violência e as violações do direito de estar utilizando o espaço público, como moradia permanente, de passagem ou por um período, já está nas construções e arquitetura das grandes metrópoles. “ Outras dimensões da violência estão relacionadas às adversidades que a vida na rua oferece, como a exposição a ambientes insalubres e dispositivos da "arquitetura antimendigos"” (KREZNINGER org. , 2017, p.25).

Um deles está com um pedaço de pau em punho. Os dois estão bêbados. Uma dúzia de pessoas em volta tenta segurar os pugilistas. [...] Eles se desculpam e o pedaço de pau é devolvido ao outro brigão, sem que isso represente ameaça de mais violência. [...] Consigo chegar ao local da confusão logo depois do abraço de reconciliação. Ninguém mais fala da briga. A bronca de todo mundo é contra a prefeitura, cujos funcionários, um pouco mais cedo, colocaram no caminhão de lixo cobertores, roupas e o mais grave, comida. Um latão de dez litros cheio de arroz e carne que eles preparavam para o almoço - Choro (JACCOUD, 2019, p. 35).

Segundo Frangella (2009), citado por Krenzinger (2017):

A experiência do morador/a na rua é sobretudo corporal. O corpo carrega as marcas da manifestação de violência, marcas que decorrem dos frequentes processos de exclusão social. Desprovidos de bens materiais, sem casa, excluídos das práticas de consumo e de possibilidade de exercer sua cidadania, envelhecendo na rua, o corpo é o único suporte que lhes resta e que lhes é irredutível (KREZNINGER org. , 2017, p.24).

Nesta pesquisa também foram relatados a indiferença e o incômodo da sociedade civil ante as pessoas em situação de rua e muitas vezes a recorrência ao poder público, a força da segurança pública para a retirada destas pessoas das praças, ruas, portas de comércio. “[...]Os olhares que transmitem medo, nojo e a aversão; os desvios de percurso para evitar a

aproximação; a expressão do sentimento de "pena" e atitudes que os vitimiza e/ou criminaliza”(KREZNINGER org., 2017, p.25). Neste projeto da UFRJ também destacou-se o preconceito presente na questão de gênero e questão racial, trabalho e geração de renda e tomando por base a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua<sup>10</sup> realizada em 71 capitais brasileira nos anos de 2007 e 2008. As mulheres em situação de rua, segundo a pesquisa nacional, são 18% e são vistas pela coletividade nas ruas como uma figura “materna”. No entanto estão mais vulneráveis a violências e violações de direitos por serem mulheres “da rua”. São vítimas de violência doméstica e sexual e também por parte dos agentes de segurança pública. No Rio de Janeiro, durante as operações “choque de ordem”, mulheres grávidas foram agredidas pela polícia, segundo relatos (KREZNINGER, 2017). Na questão étnico-racial, segundo a pesquisa nacional, cerca de 67% das pessoas se declararam negras ou pardas. A questão racial é apontada como um fator agravante das vulnerabilidades. Uma agente da rede de atenção do Rio de Janeiro, por ser negra se viu “confundida” por um policial como uma pessoa em situação de rua, fazendo-a passar por um tratamento abusivo e desrespeitoso (KREZNINGER, 2017).

No que tange a relação com trabalho e geração de renda foi identificada na pesquisa do MDS nas seguintes proporções: 70,9% exerciam uma atividade remunerada, 15,7% pediam dinheiro como principal meio de sobrevivência; 1,9% estavam trabalhando com carteira assinada e 47,7% nunca tiveram carteira assinada. Na pesquisa realizada pelo NUPPAVJ também estão os trabalhos informais além de “bicos” diversos, as práticas de catação de latas e outros materiais recicláveis, a guarda de carros e as vendas por ambulantes. “Desprovidas desta referência formal, as pessoas em situação de rua, apesar de desenvolverem atividades informais, são sob a ótica do trabalho, frequentemente consideradas improdutivas, preguiçosas e vagabundas” (KREZNINGER org., 2017, p.29). Carregam o estigma da culpabilização.

A vida nas ruas, vai tornando os indivíduos menos aptos a adaptarem-se às condicionalidades impostas pelo mundo do trabalho. Por exemplo, redefinir a lógica do tempo social, aceitar os horários impostos, regrar o consumo de álcool e/ou outras drogas, apresentar-se adequadamente, readquirir a condição de planejamento de despesas dentro de um mês são desafios, para muitos, difíceis de serem alcançados devido ao tempo de permanência nas ruas (KREZNINGER org., 2017, p.30).

---

<sup>10</sup> Publicada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, executada pelo META – Instituto de Pesquisa de Opinião, a pesquisa foi realizada entre Outubro de 2007 e Janeiro de 2008 em um universo de 71 cidades brasileiras.

Os enfrentamentos a estes grupos é de uma política higienista, focalizada no recolhimento compulsório. “Sou uma pessoa vagabunda, louca, suja, perigosa e digna de piedade?”(MATTOS; FERREIRA, 2004, p.47). Os estigmas carregados por este grupo já se caracteriza como uma violência simbólica atribuída às suas identidades. “Na rua perdemos nossa identidade”(experiência de uma escuta por mim).

Sob o prisma de Ciampa (1990), configuramos nossa identidade a partir da interiorização de atributos pressupostos pelos outros em nossas interações, tendo como pano de fundo o conhecimento socialmente compartilhado. A existência de “esquemas tipificadores” possui a condição de predizer e manipular as condutas individuais na medida em que “define e constrói os papéis” e, por conseguinte, “controle e prediz todas essas condutas” (BERGER e LUCKMANN,1985). Com base nestes papéis objetivamente atribuídos, o indivíduo constrói personagens subjetivamente apropriados. (MATTOS; FERREIRA, 2004, p.52).

Na série compilada e compartilhada pelo CFESS "assistente social no combate ao preconceito" na Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017), na apresentação dos 7 cadernos, destacam-se os grupos que sofrem preconceito quanto à raça, aos que fazem o uso abusivo de álcool e outras drogas, a questão de gênero, a violência contra mulher onde impera o machismo e uma sociedade patriarcal e a pessoa com deficiência. Dentro destes segmentos e seus estereótipos, também está a população em situação de rua. O Código de ética da profissão<sup>11</sup> nos remete a eliminação de todas as formas de preconceito e a não discriminação por questões de inserção de classe social, de gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2014-2017).

### **3.4 Das ruas para a Capital do Brasil: dos movimentos sociais à política nacional para a população em situação de rua**

A luta por acesso à direitos da população em situação de rua se deu no início da década de 90 e foi até os anos 2000. No entanto, só foram reconhecidos os direitos a partir do Decreto de Nº. 7.053 que desenhou a Política Nacional para a População em Situação de Rua

---

<sup>11</sup> Código de Ética da Profissão – Lei 8.662/93 - VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; e denunciar, no exercício da Profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta Código de Ética de respeito à integridade física, social e mental do/a cidadão/cidadã (BRASIL, 1993, p. 23).

em 2009. Nos anos de 1960, nas ruas do Brasil, faixas já traziam em suas frases os diversos segmentos sociais que lutavam por direitos sociais, direitos humanos, por políticas pública efetivas, juntamente estava a população em situação de rua.

**Fotografia 5 - Manifestação pelos direitos da infância e da juventude nos anos 1980**



Fonte: Rede Peteca - chega de trabalho infantil (1980).

Na década de 1970, a Pastoral do Povo da Rua, da Igreja Católica, já se organizava juntamente com os catadores de recicláveis nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte e apoiava com questões de abrigamento, que eram chamadas casas de assistência. Nos anos de 1990, a população em situação de rua já se organizava com a sociedade civil, onde em Belo Horizonte, foi criado em 1993, um Fórum para a População em Situação de Rua. No ano de 1995, podemos destacar também como um marco para a luta da Rua, o Grito dos Excluídos. Este movimento foi concebido na conferência nacional dos bispos do Brasil, em 1994. O primeiro Grito foi realizado em 7 de Setembro de 1995 e tinha como lema "a vida em primeiro lugar", ecoou em 170 cidades.



Fotografia 6 - Grito dos Excluídos



Fonte: História do Grito dos Excluídos (1995).

Em 2001, houve a primeira marcha do Povo da Rua em Brasília:

O Movimento, ele começa a luta em 2001, da rua para a rua, do protagonismo, do autor, da pessoa da rua começar a falar. Quando agente vai a Brasília, numa marcha nacional da população de rua. Mas antes disso tem o processo do Galdino, do índio Galdino que foi morto né, em que aí os jovens, filhos de juízes, de promotores que o mataram, colocaram fogo, disseram: ah era um mendigo, vamos matar pois era um mendigo (Rede Rua Documentário – Nós da Rua, MNPR, 2011).

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) é criado em 2005, durante o 4º Festival Lixo e Cidadania realizado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (ASMARE), em Belo Horizonte. Um ano antes, em 2004, no dia 19 de agosto, ocorreu o episódio do massacre da Praça da Sé, onde pessoas que dormiam próximo a Igreja da Candelária foram assassinadas a machadadas. Esta tragédia gerou repercussão nacional e internacional e marcou a história da luta da População em Situação de Rua.

— Então, o movimento ele é fruto, ele nasce de um sofrimento muito grande, ele nasce da violação dos direitos por exemplo e ele tem um “boom” naquele episódio chamado chacina da Praça da Sé, onde algumas pessoas foram assassinadas. A luta é baseada no que falta a ela. Falta moradia, falta saúde, falta educação. Então, a luta é de fato pelas políticas públicas. Aí, não é pela criação de espaços para a população de rua, é pela inserção da população de rua nos espaços, por exemplo, como na escola, como no Centro de Referência da Assistência (RODRIGUES, Samuel – Coordenação Nacional do MNPR. Rede Rua Documentário – Nós da Rua. MNPR. Minas Gerais, 2011).

— Meu nome é Maria Lúcia Santos Pereira da Silva, eu faço parte da Coordenação Nacional da População de Rua, responsável pela região Nordeste. E este movimento é um movimento em que ele é todo feito por pessoas que estão em situação de rua ou que tiveram trajetória de rua. São pessoas que lutam pelas públicas, pela inclusão da população em situação de rua nas políticas públicas. E olhando também, tirando da invisibilidade e trazendo para uma visibilidade. Chegou o momento, de todas as pessoas, sociedade, governo federal, estadual e municipal reconhecerem a grande dívida que tem com a população em situação de rua (SANTOS PEREIRA DA SILVA, Maria Lucia (*in memoriam*) – Coordenação Nacional do MNPR. Rede Rua Documentário – Nós da Rua. MNPR. Bahia, 2011).

Nestas construções coletivas ente o MNPR e a sociedade quero aqui destacar o comprometimento de um tipo de imprensa gráfica jornalística a desempenhar um papel de cunho social e de cidadania ao dedicar alguns jornais para fazer conhecida todas essas pessoas que lutam pelo direito a vida e inclusão social nas ruas. Os jornais "O Trecheiro", em São Paulo, "Boca de Rua", em Porto Alegre, e "Aurora", em Salvador. São alguns exemplos, por trazer uma linguagem da rua, contada pelas pessoas da rua, para os domiciliados, sendo um grande veículo de luta. “Então o leitor do Boca de Rua, tem o privilégio de conhecer uma realidade que não sai nos jornais, que não é mostrada na TV, que não é contada nas rádios” (Rosina Duarte – Jornalista do jornal Boca de Rua, Porto Alegre). “A função social do jornalismo, se cumpre no jornal Aurora, porque o texto, além de informar, também forma o cidadão, faz a sociedade ter um olhar mais sensível, mais humano em relação a população de rua” (Vanessa Ive – Jornalista do Jornal Aurora, Salvador).

Fotografia 7 - Capa do jornal Aurora da Rua



Fonte: Aurora da Rua (2007).

O ano de 2005 também foi marcado pelo I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, organizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS). Participaram o MNPR, gestores da assistência social com o objetivo de dar concretude ao debate de diretrizes e estratégia para a formulação de políticas públicas para esta parcela da população.

Em Brasília, também neste encontro, foram discutidas as demandas que posteriormente deram novo texto a Lei Orgânica de Assistência Social. “Decorre daí a primeira conquista normativa para a população de rua (2005): o artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) foi alterado para acrescentar o serviço de atendimento as pessoas que vivem em situação de rua (Lei N°. 11.258/2005)” (KREZNINGER org., 2017, p.40). Em 2006, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que começou a desenhar a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, que precede a política instituída pelo Decreto N°. 7.053/2009 (KREZNINGER org., 2017).

Importante destacar que nos meses de março de 2007 à agosto de 2008, foi realizado o primeiro censo para a contagem da população em situação de rua. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foi o órgão a controlar e coordenar esta ação, sendo executada pelo Instituto Meta. Foram identificadas 31.992 pessoas em situação de rua nas 71 cidades pesquisadas.

Além de responder as demandas de organizações sociais e de gestores públicos pelo maior conhecimento pela população em situação de rua, a iniciativa demonstrou que, adotada uma metodologia adequada, é possível mensurar e conhecer o perfil

dessa população. A pesquisa proporciona a visibilidade desse grupo, contribuindo com a definição de estratégias e políticas específicas, por parte da gestão pública – e potencialmente com a redução do preconceito existente na medida em que ficamos mais bem informados a respeito das características e dificuldades desses indivíduos (CUNHA; RODRIGUES org., 2009, p. 11).

Destaco aqui os dados mais importantes do perfil desta população que foram de grande importância para o desenvolvimento desta política em 2009. Conforme o relatório de monitoramento do sistema SAGI do Ministério da Cidadania, segue o perfil desta população: os homens eram 82%, sendo que 53% tinham entre 25 e 44 anos. Em relação a raça/cor, 67% se autodeclararam pardos e negros. Quanto ao grau de instrução, 74% sabiam ler e escrever; 64% não concluíram o ensino fundamental; 17,1% não sabem ler e escrever; 8,3% não sabem escrever o seu próprio nome e 95% não estudavam na época da pesquisa. Nesta pesquisa também foram estudadas as trajetórias da rua, ou seja, as maiores causas referidas de se terem chegado as ruas.

De acordo com os dados, 36% responderam ser o álcool/drogas; 30% o desemprego e 29% desavenças familiares. Outro dado importante registrado nesta pesquisa é em relação ao trabalho e renda, no qual 71% eram trabalhadores com alguma atividade, como catadores de materiais recicláveis (28%), flanelinhas (24%), construção civil (6%) e limpeza (4%). Apenas 16% pediam dinheiro como seu principal meio para a sua sobrevivência. E por último, suas origens eram 76% dos municípios onde moravam ou de lugares próximos (SAGI, 2009). Neste Panorama podemos conhecer quem estava nas ruas e nunca tinha sido contado como cidadão de direito. Foram entrevistados pessoas que viviam em albergues, casa de passagem, abrigos, hospitais, clínicas, casas de convivência, calçadas, viadutos, praça, rodoviária, cemitério, praia, barco e outros locais que configurassem não serem domiciliados (CUNHA; RODRIGUES org., 2009).

No ano de 2009, pelo Decreto Nº. 7.053/2009 foi promulgada a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

A Política foi elaborada a partir de demandas históricas de movimentos que lutam pelos direitos das populações em situação de rua, como MNPR, no sentido de promover ações articuladas e integradas para a defesa e promoção dos direitos de pessoas em situação de rua, articulando e integrando políticas públicas (KREZINGER org., 2017, p.40).

Destacamos aqui também como uma fonte importante de construção coletiva a cartilha “Conhecer Para Lutar”, criada em 2010. Esta cartilha tem um cunho político e foi criada pelas lideranças do MNPR, com o apoio do Projeto de Capacitação e Fortalecimento

Institucional da População em Situação de Rua, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social, UNESCO e Instituto Pólis, para orientações e diretrizes as várias questões de interesses da Pop. Rua. Dentre eles, podemos destacar os princípios do MNPR, elencados nesta cartilha: democracia; valorização do coletivo; solidariedade; ética e trabalho de base.

Suas bandeiras de luta são: resgate da cidadania por meio do trabalho digno; salários suficientes para o sustento; moradia digna e atendimento à saúde. Segue aqui uma das músicas que acompanha a luta do MNPR, “Bandeira de Luta”, descrita na cartilha Conhecer para Lutar.

Traga a bandeira de luta, deixa a bandeira passar/  
 Essa é a nossa conduta, vamos unir pra mudar/  
 Deixe fluir a esperança porque na lembrança vamos resgatar/  
 Guardada bem na memória a nossa história vai continuar/  
 Bate cundum na bandeira, o bate cundum da mudança chegou/  
 É na roça, na cidade, na sociedade sou trabalhador/  
 Temos um projeto novo: a cidadania no libertador/  
 Não fique aí parado, se ajunte à moçada. É nessa que eu vou/  
 Você já vem consciente, e ajude a gente a se organizar/  
 Buscando a cidadania, e no dia-a-dia vamos chegar lá/  
 (CARTILHA CONHECER PARA LUTAR, MNPR, 2010, p.20).

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SMASDH), com o apoio do Instituto Pereira Passos (IPP), realizou um censo em 2018 na cidade do Rio de Janeiro com o intuito de levantar dados sobre a população em situação de rua. O documento denominado "Somos todos Cariocas" traz as informações referentes as pesquisas que iniciaram em janeiro de 2018, com 80 roteiros e 600 pessoas envolvidas. Segundo o censo, foram identificadas 4.628 pessoas em situação de rua, 81% eram homens entre 30 e 59 anos; 45% se autodeclararam pardos e 33% pretos. A necessidade de levantar dados sobre essa população é urgente, no entanto observamos que as esferas federal, estadual e municipal devem possuir uma agenda periódica para acompanhamento e enfrentamento das transformações conjunturais que a cada dia levam mais pessoas a terem que viver nas ruas, para que assim possam cumprir e efetivamente construir novas ações.

No ano de 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) faria um censo para o conhecimento da população em situação de rua, no entanto, não aconteceu. Segue uma reportagem feita em 04 de setembro de 2019 junto ao IBGE, com o seguinte tema: “Moradores de rua lutam por inclusão em políticas sociais e contam com a solidariedade de voluntários”. Segue abaixo um trecho onde o repórter Júlio Molicca acompanhou um protesto

do movimento na sede do IBGE, em São Paulo. Os manifestantes pedem que a população de rua seja contabilizada no censo, que deve ser divulgado no ano que vem.

— Se ela não é recenseada, se ela não é incluída, se ela não é contada, não tem política pública para essa população. E o que vai existir, como existe até hoje é caridade, é assistencialismo barato de primeiro - damismo e nós não queremos mais isso. Nós queremos ser incluídos na moradia, no trabalho, na saúde e na educação, completa Anderson sobre o censo do IBGE (MOLICA, Júlio. PROFISSÃO REPÓRTER. SÃO PAULO, 2019).

Questionado pela reportagem do Profissão Repórter se a população de rua será incluída no censo de 2020, o chefe estadual do IBGE/SP, Francisco Garrido, disse que com a metodologia atual não é possível.

— Como a metodologia que está posta hoje, não tem como colocar porque o censo brasileiro é um censo domiciliar. Então, se houver essa inserção, o IBGE vai ter que mudar parte da metodologia para essa inclusão, explica Francisco (MOLICA, Júlio. PROFISSÃO REPÓRTER. SÃO PAULO, 2019).

Em 2020, o Fórum Permanente sobre População em Situação de Rua completou 20 anos de luta pelo protagonismo e pela defesa aos direitos da população de rua. O Fórum foi criado no ano 2000, no Rio de Janeiro, por uma iniciativa do conjunto de várias redes da sociedade incluindo órgãos da Assistência Social, como: Fundação Leão XIII; CRESS 7º região; Organizações não governamentais (ONGs); Rio voluntário; Arquidiocese do Rio de Janeiro; Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM); Lar Fabiano de Cristo; Dispensário dos pobres; Movimento de Auxílio ao próximo (MAP), que é uma instituição protestante; União de Sociedades Espíritas do Estado do estado do Rio de Janeiro (USEERJ); Associação Solidários Amigos de Betânia e a Sociedade Emaús, para consubstanciar a emergência de políticas setorializadas a partir da voz das pessoas que vivem nas ruas. Essa rede inaugurou um serviço chamado “Porta de Entrada” que tinha sua sede na praça Tiradentes, chamado "SOS População em Situação de Rua".

Segundo dados de histórico da criação do Fórum, resgatados no dia 10 de dezembro de 2020 em uma live transmitida pelo Fórum Permanente sobre População em Situação de Rua, em sua página no Facebook, através da fala da Sra. Hilda Corrêa de Oliveira, essa rede transformou-se na “Comissão permanente de monitoramento da política da população em situação de rua” e posteriormente no Fórum Estadual Permanente da População em Situação de Rua. Em 2009, foi criado o documento “Bases para uma Política Pública de Inclusão

Social da População Adulta em Situação de Rua no Estado do Rio de Janeiro” composto de 8 anos de estudo, através de seminários, de encontros com a sociedade civil, com o poder executivo, legislativo, judiciário, redes da assistência, da saúde e da educação e sempre com os sujeitos sociais das ruas trazendo suas propostas, suas demandas, suas experiências. O documento é de grande valia onde nele estão traçados o perfil dessa população no Rio de Janeiro, sua inclusão social e propostas específicas nas áreas de Assistência Social, Educação e Cultura, Saúde, Trabalho e Emprego, Moradia e Direitos Humanos. Conforme documento em pauta, os seguintes municípios são participantes junto ao Fórum: Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Petrópolis, Macaé, Campos, Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí, Resende, Angra dos Reis, Teresópolis, Rio das Ostras, Itaboraí, S. João de Meriti e Nilópolis (FÓRUM PERMANENTE SOBRE POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA, Rio de Janeiro, 2009).

### **3.5 Das ruas para a quadra: roda de conversa - afinando relações**

No dia 24 de outubro de 2018, realizamos no estágio de serviço social uma roda de conversa cujo diário de campo abaixo descreve a experiência.

#### **Quadro 8 - Roda de conversa Afinando Relações: construindo o projeto de intervenção no Centro de Referência para a População em Situação de Rua**

O campo de estágio nos convocou, através da práxis profissional e da reflexão das relações diárias dentro das instituições, tendo em vista as demandas dos usuários e das políticas propostas na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a buscarmos um entendimento do tempo e das relações presentes para o projeto de intervenção com este público.

Na construção coletiva com os usuários referenciados no Centro Pop, de acordo com as orientações da tipificação dos serviços do Centro de Referência para a População em Situação de Rua, convidamos os mesmos com o objetivo de: I) Contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento; II) Promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária.

Convidamos os usuários que já estavam no equipamento aguardando atendimento a

participarem de uma roda de conversa cujo o tema era “Afinando Relações”. Naquele dia, alguns ainda estavam em seus cobertores sob o cimento das ruas e lembro-me que ao atravessar para o outro lado da calçada, me deparei com cinco pessoas, das quais o primeiro era usuário assíduo e diário do Centro Pop. Ele me disse que não estava passando bem, o outro não achou interessante participar, um casal agradeceu mas disse que ficariam por ali, todavia, uma mulher me disse: "música eu gosto muito, deixa eu tomar só mais um golinho aqui (era uma bebida líquida transparente) e já vou", eu a aguardei e fomos juntas.

Começamos eu e uma outra estagiária juntamente com 14 usuários. Apresentamos a proposta de trabalharmos com a música, com instrumentos, com vozes, com materiais recicláveis e iniciamos com uma música chamada “Amor para Recomeçar” do compositor Frejat. O refrão dizia: “[...]desejo que você tenha a quem amar e quando estiver bem cansado, ainda exista amor para recomeçar, pra recomeçar[...]”. Na verdade nossa proposta do projeto de intervenção era conhecermos as relações destes usuários que hoje tem suas vidas marcadas pelos seus cotidianos nas ruas. Conhecermos suas vivências, histórias de vidas e buscarmos juntos refletir, através das artes, a realidade nas diversas esferas da sociedade e se reconstruírem como sujeitos sociais e cidadãos de direitos.

Iniciamos uma dinâmica chamada “afinando as relações sociais”, provocando a alteridade e pudemos conhecer naquela manhã um pouco da história de cada um. A arte das palavras desperta no outro sua memória individual, coletiva e social e a partir daí vamos caminhando nas reconstruções dos projetos individuais e coletivos. Neste dia, cada um expressou o que significava para si a palavra retirada: amor, respeito, sorriso, coragem, fé, liberdade, paz, dever, preconceito, cuidado, justiça social, trabalho e direito. Tais palavras foram entregues a eles.

Pensar a memória é como relação, abre a possibilidade de que a partir de uma nova situação ou um novo encontro – como pretende ser a situação analítica, por exemplo – o passado possa ser tanto recordado quanto reinventado. Desse modo, a história de um sujeito, individual ou coletiva, pode ser a história dos diferentes sentidos que emergem em suas relações. Ou, de outro modo: abre-se a possibilidade de que a memória, ao invés de ser recuperada ou resgatada, possa ser criada e recriada, a partir dos novos sentidos que a todo tempo se produzem tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos – já que todos eles são sujeitos sociais. A polissemia da memória, que poderia ser seu ponto falho, é justamente a sua riqueza (GONDAR, 2008, p. 5).

A usuária “A” conta que estava com depressão e o coral Uma Só Voz a ajudou nesse processo, pois tinha perdido sua mãe e diz que agora pode rir. Contou que se apresentou nas



Olimpíadas de 2016 e disse: “a sociedade começa a enxergar você”, relatou também que através das apresentações conheceu pessoas e que foram importantes para ela retornar as relações de trabalho e fazer amizades. Todos os usuários tiveram seus momentos de falas e expressaram o que a música significava em suas vidas, suas relações com a música tanto pessoais, como em grupos e aceitaram a compor um coral de vozes.

A arte é um importante instrumento de reprodução do ser social. Expressamos - através do traço, da cor, do som, dos gestos - sentimentos, valores, hábitos, costumes, indignações, paixões, modos de ver o mundo, a vida, a nós mesmos. Materializamos na pintura, na dança, na culinária, na escultura, na dramatização, na arquitetura, na música, nossas objetivações, em parte histórica e socialmente construídas, em parte histórica e socialmente determinadas, possibilitando que sejam apreendidas pela razão e sensibilidade do outro. Mas, por outro lado, reduzimos também o sentido estético, o gozo humano do belo, do bom, do confortável, quando nossa sensibilidade é alienada (PRATES, 2020).

Prates cita Marx, nos manuscritos de Paris (1993):

[...] Afirma que, o olho que não aprende a ver não enxerga, que para o ouvido não-musical a mais bela música não tem sentido, logo que os sentidos precisam, do mesmo modo que a razão, serem educados. E ressaltando a importância dos sentidos, destaca que o ser humano se afirma no mundo objetivo não apenas através do pensar, mas utilizando todos os sentidos, com os quais captura a realidade para depois mediá-la e chegar, por sucessivas aproximações, ao concreto pensado[...] (PRATES, 2020, p.4).

## 4 O ENCONTRO ENTRE A ARTE E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESPAÇO PRÓPRIO DO HUMANO GENÉRICO E DA MEDIAÇÃO PARA LUTA POR DIREITOS

*"Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma! (sic)[...] sob os céus mais diversos, nos mais variados climas, a rua é agasalhadora da miséria!"*

*(João do Rio)*

Esse capítulo final da monografia aproxima o leitor do resultado da proposta de elaborar, coletivamente, o projeto de intervenção com pessoas em situação de rua, sejam as que se encontravam no Centro Pop, espaço do estágio, ou aquelas que já se encontravam vinculadas à experiência de vocalização musical no Coral Uma Só Voz.

Desse encontro entre interesses e percursos biográficos e institucionais, objeto deste capítulo, que é também o objetivo dessa monografia, deve ser lembrado: sistematizar a experiência de aproximação com a expressão artística, particularmente, da música ao longo do estágio junto à população em situação de rua enquanto uma linguagem potente na dimensão técnico-operativa do Serviço Social.

Acresce que as fotografias inseridas do processo de estágio encontram-se em domínio público, por isso o seu uso nesse material acadêmico.

### 4.1 Trilhando o caminho do direito na dialética da arte

#### **Quadro 9 - Dialogando entre Arte, Cultura e Direitos Humanos: uma construção de novos projetos para a população em situação de rua**

No dia 13 de maio de 2019, às 14h, nos reunimos em uma roda de conversa cuja proposta fora apresentada pelos alunos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro que fazem estágio no Centro de Referência para a população em situação de rua (Centro Pop).

Com a aprovação e orientação da coordenação do Centro Pop, convidamos estagiários de Serviço Social que estão tendo sua primeira experiência na Assistência Social, especificamente com o público da população em situação de rua. Convidamos também técnicos, educadores que atuam nesta política. A proposta era trazer o diálogo entre toda essa rede desde a Universidade, passando pelo campo de estágio e convergindo conhecimentos relativos às dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

Neste dia, tivemos a oportunidade de conhecer três redes muito importantes que atuam direcionadas à população em situação de rua: a Coordenação de Direitos Humanos, a Coordenação do Centro Pop e a rede formada por um coral composto pelas pessoas em situação de rua e sua equipe. Nesta roda de conversa tivemos a oportunidade de estar com nossa professora da Disciplina de Orientação para o Trabalho Profissional, na supervisão acadêmica *in loco* mediada com uma prática reflexiva com esses sujeitos.

Iniciamos com a Coordenação de Direitos Humanos que nos informou executar ações de políticas públicas na promoção, proteção e defesa desse direito junto a sociedade através de atendimentos, recebimento de denúncias, tratando casos de racismo, intolerância religiosa, homofobia e os mais diversos assuntos desta pasta. A coordenadora mencionou que busca realizar ações que discutam o processo histórico com as mais diversas redes de grupos sociais, fortalecendo a cultura como uma ferramenta de inclusão social, onde ela pronunciou a seguinte fala: “os movimentos culturais para mim são os mais inclusivos, pois nele estão todo tipo de raça, cor, classe social e fortalecem assim a democracia. A Cultura é a maior expressão dos homens que vivem em sociedade”. Citou projetos que estão acontecendo como o trabalho que realiza com a Universidade Federal Fluminense junto aos refugiados e também a criação de um coral de inclusão social, onde convidam a população em situação de rua para estarem presentes.

No entanto, expressou a necessidade de algumas ações para gerar o interesse e trazer os usuários em situação de rua para o grupo canto-coral tendo em vista a dificuldade de encontrar esta população que vive em constante movimento, requerendo do Centro Pop para ajudar nesta promoção. Acrescentou o projeto de leitura com o objetivo de organizar literaturas por temáticas como movimentos da população de rua, movimentos das mulheres negras, movimentos dos coletivos LGBT, nesta lógica. Através da sua fala, observamos que dentro de uma gestão participativa com a sociedade, está o compromisso de lutar contra as desigualdades sociais, o estigma e fortalecer a participação social de todos os grupos societários a partir da orientação dos direitos humanos.

Já a Coordenadora do Centro Pop descreveu um pouco dos serviços oferecidos através do equipamento, como acolhida, banho, alimentação, atendimento social, encaminhamentos para as redes de saúde, sócio-jurídicas, assistenciais, assim como construção de redes, como a de Turismo. Por meio de universidades que tenham a proposta de promover passeios, tendo ações inclusivas e diversificadas.

Através desta proposta que foi construída uma exposição fotográfica onde foram

registrados os passeios e as interações vividas entre eles ao dimensionar o significado de cada local e seu pertencimento. Os passeios então se transformaram em uma exposição iconográfica montada por eles. Frisou também que uma das oficinas que tinha o maior número de participantes, onde chegava a ter 30 pessoas por vez, era a de Redução de Danos para os usuários que têm algum tipo de problema relacionado ao uso prejudicial de álcool e outras drogas.

Essa oficina tem o apoio do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). A coordenação seguiu e referiu a elaboração do documentário chamado “É a minha voz que você tem que ouvir” produzido por um usuário do Centro Pop onde ele filmou outros 3 (três) usuários e pediu para falarem de seus projetos de vida. Por causa deste documentário participaram de um evento de cultura e foram vencedores em uma premiação.

Diante disso, podemos perceber que através das mais diversas ações no Centro Pop, vimos que as artes, a participação em eventos culturais, foram de suma importância para a construção de projetos coletivos e individuais dos usuários e pareceu-nos ser uma importante via por onde eles encontraram significado em suas formas de vida, onde expressaram suas vivências e histórias.

Passamos então a palavra para o maestro do coral Uma Só Voz que nos relatou como suas inspirações pessoais e sociais o levaram a iniciar um coral com a população em situação de rua que se encontrava em um abrigo religioso. No ano de 2016, este abrigo foi visitado por um grupo de ingleses que trouxe uma proposta para a Administração do Abrigo, a saber: coordenar ações que dessem visibilidade aos seus usuários através da Arte, com danças, músicas, teatro para se apresentarem nas Olimpíadas 2016. No entanto, a unidade de acolhimento não aceitou a proposta, mas o maestro avaliou poder ser uma via de apoio para a sua proposta. Aceitou, no entanto, precisava de vozes já que as do abrigo não fariam mais parte. Então, nas ruas, nas calçadas, nas marquises, começou a sua busca em conhecer e convidar a população em situação de rua para compor um coral como parte da programação cultural oficial das Olimpíadas.

O maestro se emocionou ao relatar a apresentação no Corcovado junto da jogadora de vôlei Isabel que acendera a tocha olímpica. De acordo com ele, a Isabel, ao avistar aquele grupo simples, de chinelo de dedo, perguntou: "Quem são?", ao que ele respondeu, "É o coral formado pela população em situação de rua". Então, - ela grita com entusiasmo - "venham a tocha é nossa! Ela é de vocês também!". Aqueles homens e mulheres saíram correndo e, muito alegres, beijaram a tocha! Naquele momento o mundo tinha os seus olhos para a

abertura das Olimpíadas e ali estavam eles sendo vistos por todos! Foi até hoje um dos momentos mais marcantes da vida deste grupo, segundo a fala do maestro Rico.

**Fotografia 8 - Coral Uma Só Voz na abertura das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro**



Fonte: Lorena Mossa (2016).

De forma concomitante, é de grande valia refletirmos que arraigada de contradições estão postas estas relações naquela conjuntura do ano das Olimpíadas de 2016. Na medida em que, ao mesmo tempo, os projetos culturais eram estimulados para este público, o Movimento da População em Situação de Rua denunciava a violação de direitos humanos em face ao recolhimento em massa deste público no Rio de Janeiro. Na época, a Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos (FEDDH RJ), formada em 2011, com o “acolhimento compulsório” da população em situação de rua pelas autoridades do Estado e do Município do Rio de Janeiro, denunciou a associação deste público aos “dependentes químicos” com o fim de justificar a “internação forçada de usuários de crack”, como se toda a população naquela condição necessariamente consumisse essa droga. Então, o relato do maestro do Coral parecia apostar em um outro trabalho em meio comunitário e em meio às contradições entre interesses de higienização da cidade e de vocalização artística-política da população em situação de rua.

Na equipe do Coral Uma Só Voz observamos a presença de uma psicóloga e de uma senhora que participa ativamente com doações de alimentação, vestimenta e dá apoio em rede para os usuários. Na fala desta senhora, tivemos a oportunidade de entender seu trabalho: “Eu participo com meu celular onde tenho minhas redes de parcerias com pessoas amigas, conhecidos, empresários, profissionais, onde atuo em rede e busco atender os usuários do

coral naquilo em que eles necessitam emergencialmente”. E complementou: “Não espero pelo Estado e nem fico reclamando da sua ausência, pois eu mesma através das minhas redes, faço”. O maestro também trouxe um usuário do coral, um homem na faixa dos 40 a 50 anos em situação de rua, para falar conosco, o que muito chamou a atenção, na medida em que os outros projetos não facultaram serem apresentados pelos sujeitos de suas ações.

Então, aquele expressou sua gratidão pelo coral e disse um pouco emocionado: “o maestro me ajuda...ele conhece minha história...tenho uma família digna...meus filhos...mas hoje estou passando por esta situação... ”, com os olhos cheios de lágrimas contou um pouco da sua história marcada por desentendimentos familiares e por situações que quase o levaram a prática de algo que traria sofrimento para sua família e isso ele não aceitava. Mas frisou que a oportunidade dentro do Coral lhe trouxe uma esperança para seus projetos pessoais, visibilidade como um morador de rua, pois a sociedade os via e conheceu lugares jamais acessados por ele e por sua família. A cultura dos lugares, a roupa dos lugares, a comida dos lugares, como disse: “eu fui em lugares onde a roupa dos funcionários, a comida servida e toda a estrutura consumia muito dinheiro. Porque não usam esse dinheiro para nos ajudar? A autoridade do governo me abraçou para cantar comigo e eu me segurei para não falar, por favor, ajude-nos, olhe para nós que estamos nas ruas, precisamos do Estado”.

Entre essa fala do usuário e da voluntária do Coral parecia haver uma distinta concepção entre o que seria mandato da sociedade e do Estado para a conformação das políticas sociais públicas, embora ambos nomeiem estas e as de cunho privada como “ajuda”. De alguma forma, aquele indicou que suportes emergenciais advindos da iniciativa privada são insuficientes para alterar a sua condição de vida, bem como de sua família, se o Estado não redefinir o jogo das forças vivas das relações sociais em curso que subtraem direitos sociais e humanos. Ao mesmo tempo, a participação em espaços coletivos, como o Coral, e de meios para circular na cidade parecem ser ações estratégicos para desvelar tendências gerais relativas às desigualdades sociais e fomentar inquietudes políticas para este público.

Terminamos a roda de conversa com a participação de alguns estagiários, educadores dos equipamentos sociais que expressaram o quanto foi importante estarem ali conhecendo as redes que hoje fazem parte desta gestão para operacionalizar a política para a população em situação de rua. Disseram também que grandes são os desafios diante desta conjuntura política, social e econômica de retrocessos de direitos, de um Estado aprisionado pela agenda neoliberal e por uma intervenção junto à população em situação de rua, prioritariamente, higienista. Como o Serviço Social pode explorar as contradições dessa realidade, explorando

a linguagem artística da música para se aproximar da realidade cotidiana de reprodução da vida e de trabalho deste público?

Diante de toda essa conversa, achei importante voltarmos os olhos para a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2009) e compreender algumas de suas determinações. Ela é composta por 5 princípios e 10 diretrizes aos quais destaco as seguintes:

Art. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

III - valorização e respeito à vida e à cidadania;

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; (BRASIL, 2009, p. 1).

Importante destacar a articulação das redes serem uma das formas de dar contornos aos objetivos desta Política Nacional:

I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; (BRASIL, 2009, p. 1).

Diante das demandas diárias nos equipamentos Centro Pop, das construções e reconstruções de seus projetos sociais, políticos e de cidadania, considerei importante alguma aproximação à Educação, para qualificar a preocupação no trabalho profissional sobre o uso da linguagem da arte. Construir projetos coletivos através da cultura é fazer o homem e a mulher entenderem a dialética das construções subjetivas e materiais da sociedade em que se encontra, através de sua própria condição material de vida e entender esta condição pelo véis histórico, social, econômico e político em sua totalidade. Me aproximo de Lukács para entender como essa relação da arte se movimenta na relação do ser humano e sua vida diária e na história de suas construções como ser social dotado de capacidades para refletir seu dia a dia dentro das construções históricas, sociais, econômicas e políticas.

Com essa terminologia um tanto insólita, Lukács separa duas formas distintas de comportamento. A arte, ao contrário da vida cotidiana, oferece-nos um mundo homogêneo, depurado das "impurezas" e acidentadas da heterogeneidade próprias do cotidiano. Na fruição estética, o indivíduo depara-se com a figuração homogeneizadora, mobilizando toda a sua atenção para adentrar-se nesse mundo miniatural, despojado dos acidentados e variáveis que geram as descontinuidades do cotidiano. Essa concentração da atenção, essa mobilização das forças espirituais, produz uma elevação do cotidiano. Nesse momento, segundo Lukács, o indivíduo

supera a sua singularidade e é posto em contato com o gênero humano. O exemplo mais claro é o fenômeno da catarse, que permite restabelecer o nexos do indivíduo com o gênero. Esse nexos fica esmaecido na cotidianidade onde os homens encontram-se fragmentados e entregues à resolução dos problemas pessoais de sua vida privada.

A elevação não é uma fuga, um devaneio inconseqüente. Após a fruição estética, o homem mobilizado pela arte volta a defrontar-se com a fragmentação do cotidiano. Mas agora, acredita Lukács, esse homem enriquecido pela experiência que o colocou em contato com o gênero, passará a ver o mundo com outros olhos.

A arte, portanto, educa o homem fazendo-o transcender à fragmentação produzida pelo fetichismo da sociedade mercantil. Nascida para refletir sobre a vida cotidiana dos homens, a arte produz uma "elevação" que a separa inicialmente do cotidiano para, no final, fazer a operação de retorno. Esse processo circular produz um contínuo enriquecimento espiritual da humanidade (FREDERICO, 2000, p.7).

Esta citação de Celso Frederico (2000) em seu artigo “Cotidiano e Arte em Lukács” toca na teoria do reflexo proposta por Georg Lukács (1885-1971), onde a arte, como expressão estética da realidade, nos faculta aproximação ao movimento do real não mais sobre a imediaticidade e o fragmento da vida cotidiana nem tampouco somente pelo conhecimento científico. Trata-se de um autor seminal para a dialética marxista, muito estudado por professores do Serviço Social, mas complexo para o ensino na graduação, sendo possível reconhecer que para estudos futuros sobre a arte e o trabalho profissional do Serviço Social seja importante maior investimento.

Conquanto, daquela reunião do campo de estágio foi possível observar uma experiência artística mais avançada com a população em situação de rua, o Coral Uma Só Voz que se tornou um espaço de aprendizado, de fomento à trocas interinstitucionais e de reflexão para o objetivo desta monografia.

#### **4.2 Na rota do "Uma só Voz": da invisibilidade das ruas para os olhares do mundo**

Os encontros do Coral Uma só Voz foram inúmeros, nos mais diversos lugares, sejam instituições culturais como o Teatro Municipal, lugares do poder Legislativo, como a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), lugares de luta, como o Fórum Nacional Permanente para a População em Situação de Rua, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, auditório da Ordem dos Advogados do Brasil e Instituições Militares com participações em eventos na Marinha do Brasil. Estar no Centro Cultural do Banco do Brasil do Rio de Janeiro (CCBB-RJ), contemplando uma exposição, assistindo a série mensal “Música no Museu” sempre foi para os cariocas e para mim um excelente lazer. No entanto, estar na programação do Programa Educativo Múltiplo Ancestral do CCBB-RJ em um sábado



à tarde, em um recital de dança, música e poesia com a apresentação do Coral Uma Só Voz é entender que o mesmo território onde se pernoita, se alimenta e se arruma para viver mais um dia, se tornou um lugar de expressão de luta, de mostra e de show artístico. Eles se tornaram visíveis na relação com o público domiciliado que os assistiam e aplaudiam.

Essa experiência para a educação popular é importante para dar sentido as palavras que podem estar “ocas” para aqueles que, historicamente, vivem a ponta das expressões da questão social sob a desfiliação familiar e dos espaços mais protegidos do mundo do trabalho. Participar da apresentação dos membros do Coral e ver a força política e amorosa da arte nos pareceu ser um caminho para tornar vitais as palavras “direitos”, “cidadania”, “convivência comunitária” e tantas outras para a elaboração de projetos futuros individuais.

**Fotografia 9 - Apresentação do Coral Uma Só Voz no CCBB-RJ**



Fonte: People's Palace Projects (2019).

Mas o palco do CCBB se transformou em um encontro amplo de gerações e de sujeitos sociais das periferias que ali expressavam suas lutas, suas capacidades, suas artes, seus sonhos e suas memórias. A Companhia Ru'Art de Nova Iguaçu e seus talentosos jovens que através da arte da dança buscam novos projetos para reivindicar um lugar social para seus participantes, entrelaçaram com os membros do Coral em uma só voz no canto, na poesia e em vários passos e compassos em sua performance e imprimiram juntos sua força de vida e de talento. Alguns eram homens e mulheres abrigados em equipamentos do Rio Acolhedor e

do Cristo Redentor, ambos pertencentes à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Junto destes grupos estava o maestro dos Coral Uma Só Voz, Ricardo Branco, e a ativista/artista/poetisa/professora Luna Magalhães, parceira no trabalho com a Pop Rua, na construção de oficinas de poesia. Alguns cadeirantes impuseram suas vozes e dançaram, em meio as fragilidades da vida, aos preconceitos, as injustiças, as desigualdades e nos emocionaram com a canção espanhola "Color Esperanza" do compositor Diego Torres (2001), traduzida e cantada para o português como a "Cor da Esperança" na voz do Coral Uma Só Voz.

Sei, tá nos teus olhos é só te olhar, está cansado de andar e andar/  
 E caminhar girando sempre num lugar/  
 Sei, todas as portas podem se abrir, para mudar só depende de ti/  
 E ajudará, tente de novo uma vez mais/  
 Saber que se pode, querer que aconteça/  
 Esquecer os medos, jogá-los para fora/  
 Pintar sua cara com a cor da Esperança/  
 Pintar o futuro, com o coração/  
 É melhor perder-se que nunca se achar/  
 Melhor tentar que deixar de tentar/  
 Você vai ver, seu sonho se realizar/  
 Sei que o impossível se pode mudar/  
 E que a tristeza um dia irá/  
 E assim será, a vida muda e mudará/  
 Sentirá sua alma alegre, por cantar/  
 Uma vez mais/  
 Vale mais poder brilhar/  
 E só buscar pelo Sol/  
 (TORRES, Diego. Color Esperanza. SONY MUSIC, 2001).

**Fotografia 10 - Apresentação do Coral no CCBB-RJ**



Fonte: Lorena Mossa (2019).

Essa experiência, a partir da formação no Serviço Social, me fazia perguntar que instituições internacionais financiavam o Coral e que motivações tinham ao apoiar o projeto para com este público e usando essa expressão artística. Mediante a pesquisa pela internet, observei que as ONGs Streetwise Opera e a People's Palace Projects, ambas do Reino Unido, desde 2013 atuam com projetos de impacto social. A primeira refere ter como objetivo trabalhar as artes cênicas e o canto para inspirar e capacitar pessoas que estão sem teto ou se recuperando de uma situação de rua, enquanto que a segunda havia feito um estudo na Cidade do Rio de Janeiro para identificar os trabalhos nas áreas da artes com a população em situação de rua. Ambas as instituições se articularam com outras instituições não governamentais e governamentais do Brasil para construir uma rede de capacitação e fomento onde atividades foram desenvolvidas com apoio de instituições internacionais como British Council e a Calouste Gulbenkian Foundation, ambas da Europa.

Possuem como missão promover projetos educacionais nas áreas da língua de inglesa, no caso do Consulado Britânico, e da integração social, sustentabilidade e conhecimento, no caso do Calouste Gulbenkian, mas todas com um viés artístico, cultural e social. Este estudo e articulação resultaram na semana “Uma Só Voz” – Arte e Ocupação de Rua (2016), quando cerca de 40 eventos de artes, debates e encontros aconteceram em diversos locais no RJ. Na Lapa, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua esteve presente com danças e músicas. As escadarias do Teatro Municipal e do Cristo Redentor também foram lugares de ocupação, assim como algumas instituições como Agência de Emaús, Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio.

**Fotografia 11 - Coral no Cristo Redentor**



Fonte: People's Palace Projects (2016).

Aqui, chamou-nos a atenção a referência dessas instituições internacionais considerarem as artes como meio para qualificar e melhorar as “capacidades individuais” (SIQUEIRA, 2013), muito em face à crítica acumulada no Serviço Social sobre as abordagens que atualizam a concepção liberal que centram a origem do problema da questão social no indivíduo, considerado inapto para aproveitar as oportunidades do mercado. Segundo Siqueira (2013), o pensamento do economista Amartya Sen influencia as relações multilaterais no plano internacional que associam a garantia das condições básicas para a qualidade de vida à capacidade individual que cada um possui para superar a sua condição de pobreza. Para combatê-la, o debate liberal do desenvolvimento das liberdades substantivas do ser humano conduziria os indivíduos a “[...] ter condições de evitar privações (fome, subnutrição, morbidez evitável), bem como liberdades associadas ao "saber-ter" participação política e liberdade de expressão” (SIQUEIRA, 2013, p.125).

Nesse sentido, para os liberais, assim como a propriedade privada é um direito natural, a concepção de igualdade também se encontra centrada no indivíduo que fará escolhas conforme as suas necessidades, desde que haja um esforço individual para o alcance de seus objetivos. O indivíduo está “apto a evitar a pobreza, dado que se torna agente de seu destino, está livre para agir como deseja, para decidir onde trabalhar, o que produzir, o que consumir”, logo, desde que haja as condições básicas, “o indivíduo é livre para definir o seu destino” (SIQUEIRA, 2013, p. 128).

Portanto, a alusão no site das duas instituições apoiadoras do Coral de que a arte se torna mediadora das “capacidades individuais” parece se inserir no pensamento de Sen, onde o problema da riqueza ou da pobreza está relacionado a fatores externos à acumulação do capital e podem ser resolvidos através de políticas específicas inclinadas para os indivíduos com vista às suas capacidades. Para o economista, “[...] basta dar aos indivíduos condições básicas iguais para que eles exerçam seu papel de homem econômico; bastaria livrá-lo das fontes de privação, que lhe tolhe as oportunidades” (SIQUEIRA, 2013, p. 129).

Assim, a arte e as suas distintas expressões parecem ser tomadas como um meio e um caminho para o desenvolvimento dessas capacidades na população em situação de rua, considerando estarem desprovidos de condições básicas para a reprodução da vida. Ao mesmo tempo em que há uma tendência na sociabilidade burguesa a se desconsiderar as determinações das desigualdades concretas da sociedade que impossibilitam a distribuição da riqueza socialmente produzida.

Hoje, o coral é formado por membros e ex-membros da população em situação de rua do Rio de Janeiro. É coordenado pela ONG People's Palace Projects que utiliza as artes para o enfrentamento do que nomeia de “situação de vulnerabilidade”, através de uma ampla gama de projetos participativos em artes, programas educacionais, performances e debates.

De acordo com o site da instituição, eles envolvem artistas, ativistas, acadêmicos e público no geral em iniciativas que discutem arte voltada para a justiça social e direitos humanos, atuando principalmente em projetos de intercâmbio artístico e social entre o Reino Unido e Brasil. Os ensaios acontecem no Museu do Amanhã, no abrigo Rio Acolhedor, na Zona Oeste do Rio de Janeiro e no abrigo Cristo Redentor, na Ilha do Governador. Segundo o maestro Rico, a iniciativa virou uma importante ferramenta na promoção da visibilidade, dignidade e inclusão social de pessoas com experiência de rua na capital carioca. Seguem dois depoimentos de pessoas que participaram dos corais:

#### Quadro 10 - Depoimentos

Elizabeth Miguel, 58 anos, mora nas ruas. Em 2016, deu este depoimento quando estava nas ruas há 4 meses e desejava sair deste espaço para começar sua vida de novo, pois, para viver nas ruas refere que tem de se aprender, não se pode cozinhar e nem lavar roupas.

— Canto há quatro meses com esse coro. Eu gosto de todas as músicas. Eu nunca tinha cantando antes e agora estou aqui. É emocionante atuar porque isso é algo que nunca pensei que faria na minha vida. Ser aplaudida por todos os lados é muito emocionante. Porque é como se estivéssemos caídos quando estamos na rua. Nossa autoestima é baixa (KWONG, Matt. CBC NEWS, Canadá, 2016).

Hassan Mohammad Rafael, tem 60 anos e mora em um abrigo há dois anos.

— Sou treinado como economista, mas fugi da guerra há quatro anos...Estes (mostra suas placas de identificação) são um documento da Força Aérea. Eu tive que me livrar de todos os meus documentos e isso é tudo o que me resta. Quando a guerra está acontecendo, eu esqueci de tudo. Você não tem noção de como é um país em guerra e a música é a única coisa que me faz feliz. Quando a música começa, ela me carrega (KWONG, Matt. CBC NEWS, Canadá, 2016).

**Fotografia 12 - Uma Só Voz - Arte e Ocupação de Rua**



Fonte: People's Palace Projects (2016).

Na 3ª edição do Festival do Leitor (LER) em 2019, quando vários autores, escolas, músicos, professores, artistas estiveram reunidos entre os dias 20 e 24 de Novembro, recebendo mais de 51.000 estudantes das redes pública e particulares e mais de 1.100 escritores, um stand do projeto “Uma Só Voz” foi montado no Centro do Rio de Janeiro.

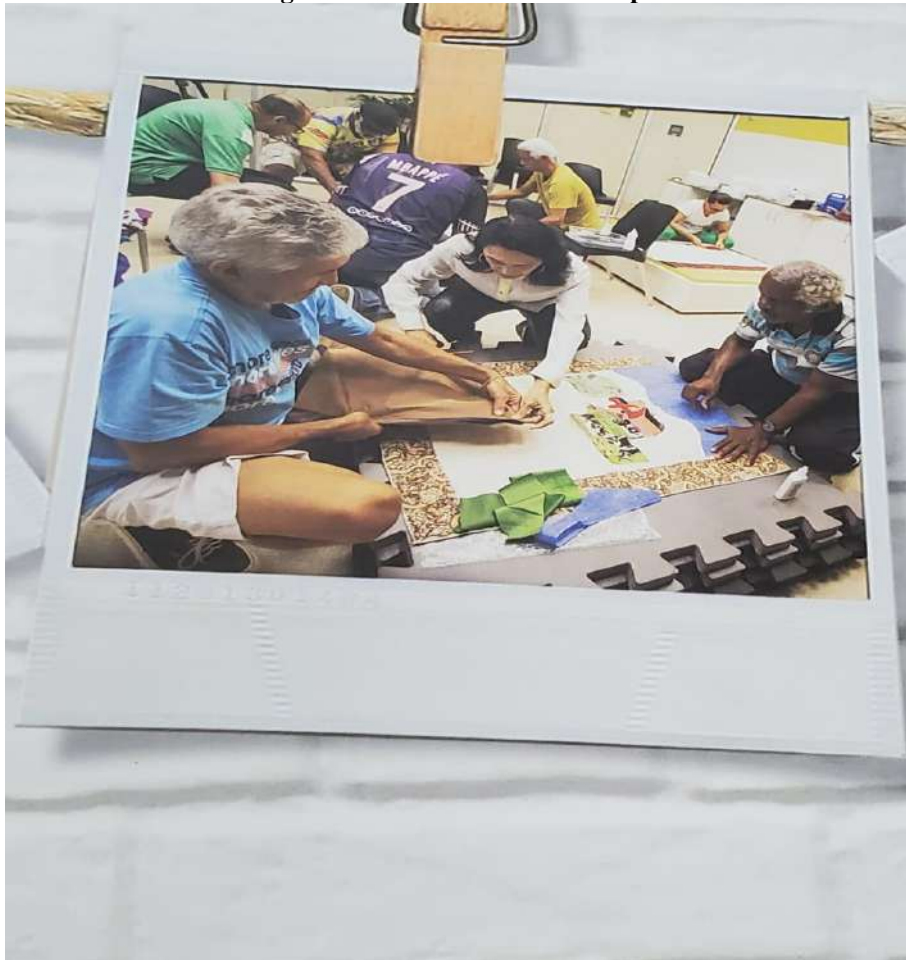
**Fotografia 13 - Stand do Coral no Festival LER**



Fonte: Márcio Coutinho (2019).

A LER tem um véis de educação inclusiva, com oficinas em braile e em libras e um cunho cultural, onde nesta edição a literatura de cordel ganhou destaque. O Coral Uma Só Voz participou de várias atividades, antes na oficina de arte em pano, com a artista Beth Araújo, nos presenteando com a vida e obra de Jorge Amado. Observei que a arte em pano consiste em painéis ou estandarte em que a gente traduz, através do recorte e cola histórias, homenagens, poesia e literatura. “Então, eu trago Jorge Amado menino, trago Jorge Amado jovem e trago Jorge Amado através de seus vários personagens, sendo uma satisfação encontrar esse grupo e vê como eles participaram desta ação” (ARAÚJO, Beth. Making of de preparação das oficinas da LER, 2019).

**Fotografia 14 - Oficina de arte em pano**



Fonte: Márcio Coutinho (2019).

Durante o Festival de Leitura, participamos de oficinas de arte através da música e poesia com a outra professora e poetisa Luna Magalhães. Ela acolhia dentro do espaço os coralistas, as pessoas presentes e os que passavam para conhecer o projeto, o grupo do coral recitava as poesias construídas durante a oficina.

— Olá pessoal, eu sou Luna Magalhães, eu sou poeta, professora e ativista cultural. Alguns anos eu desenvolvi um projeto que utiliza poesia como ferramenta de transformação social, de emancipação, despertar de sentidos, para ser trabalhada com pessoas em situação de vulnerabilidade social, pessoas em situação de rua, dependência química. Nós fomos convidados pela LER, festival do leitor, para estar apresentando um pouco deste trabalho que vem sendo desenvolvido nas oficinas. Então eu vou estar lá, junto com os integrantes do coral “Uma Só Voz” que são participantes das oficinas de poesia também, mostrando um pouquinho deste trabalho que tá sendo desenvolvido. Eles vão estar recepcionando as pessoas com poesia, com poemas autorais que eles fizeram, é uma intervenção poética. Eles basicamente colocam ali naquele momento, o coração, a emoção deles (MAGALHÃESS, Luna. Making of de preparação das oficinas da LER, 2019).

**Fotografia 15 - Oficina de poesia na 3ª edição da LER**

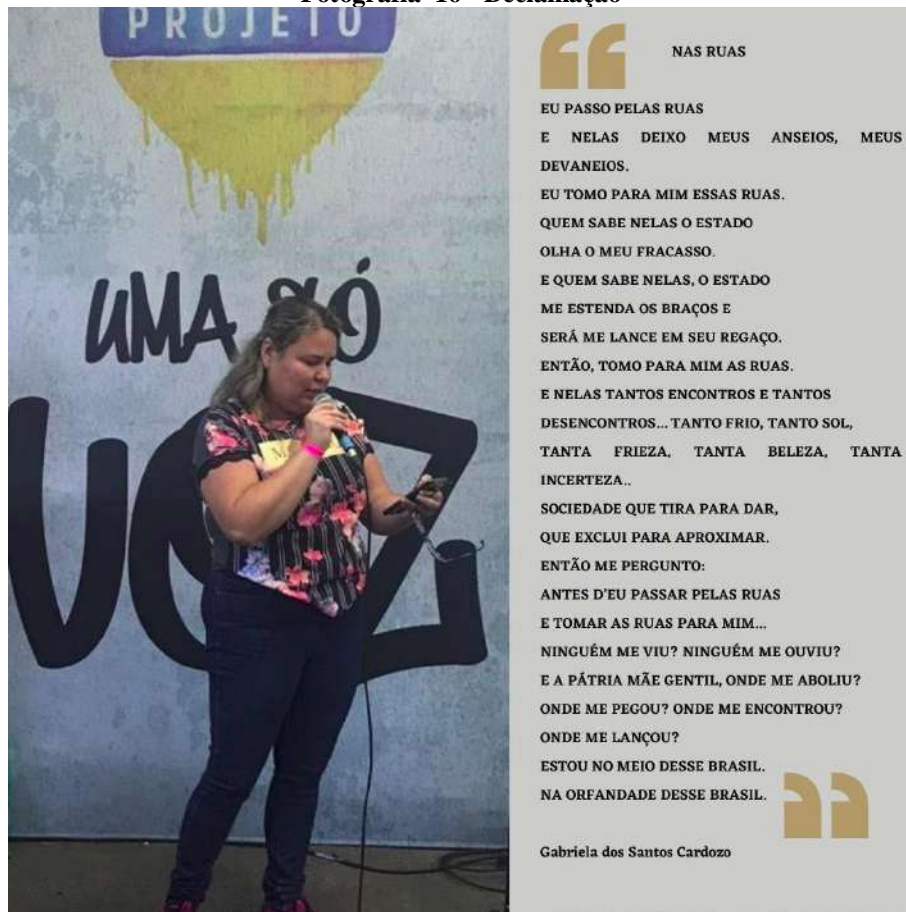


Fonte: Luna Magalhães (2019).

Tratou-se de um dia intenso, com registros no diário de campo e em fotografias. Participar destas oficinas artísticas me impactou e tive a oportunidade de recitar o poema que fiz para a População em Situação de Rua.



Fotografia 16 - Declamação



Fonte: Mônica Alves da Silva Cândido (2019).

Neste dia, reconheci o caráter educativo do trabalho dos assistentes sociais (ABREU; CARDOSO, 2009), quando eu própria experimentei os efeitos das oficinas artísticas e pude testemunhar como este tipo de atividade não incide somente sobre o público trabalhado, mas sobre todos aqueles que participam e facilitam esta atividade. “A função pedagógica desempenhada pelo assistente social inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da **cultura**, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade” (ABREU; CARDOSO, 2009, p.1, grifos das autoras).

— Meu nome é Edmilson Santini eu sou cordelista, poeta, escritor, nasci em Pernambuco, me criei em Pernambuco ouvi toadas, cantorias com meu avô. Pensei por circunstâncias recriar lenda pensando na memória, recriar lendas e fazer biografia. Aí esse campo, eu levo muito isso cantando e contando histórias que fazem parte, que iluminam a história da nossa cultura na literatura, na poesia. Tudo que hoje se conta, dizem que foi contado, mas se a gente reconta cantando em verso rimado, acaba levando em conta novo conto acrescentado (SANTINI, Edmilson. Making of de preparação das oficinas da LER, 2019).

Um grupo se dirigiu ao metrô da estação Presidente Vargas, no Centro do Rio de Janeiro, ao som do pandeiro do cordelista Edmilson e do violão do maestro Rico, onde em uma toada fomos levados as poesias que estavam penduradas nas paredes barulhentas dos paredões fechados do metrô, mas nenhum outro barulho chamou mais atenção do que a poesia cantada de todas as vozes que se uniram ao coral Uma Só Voz. Foi possível experimentar a afetação que esta atividade nos proporcionou no plano cognitivo, político, cultural, me fazendo lembrar de conteúdos da disciplina de Psicologia Social do Curso de Serviço Social e também reconhecer que a poesia é uma linguagem complexa e universal do gênero humano.

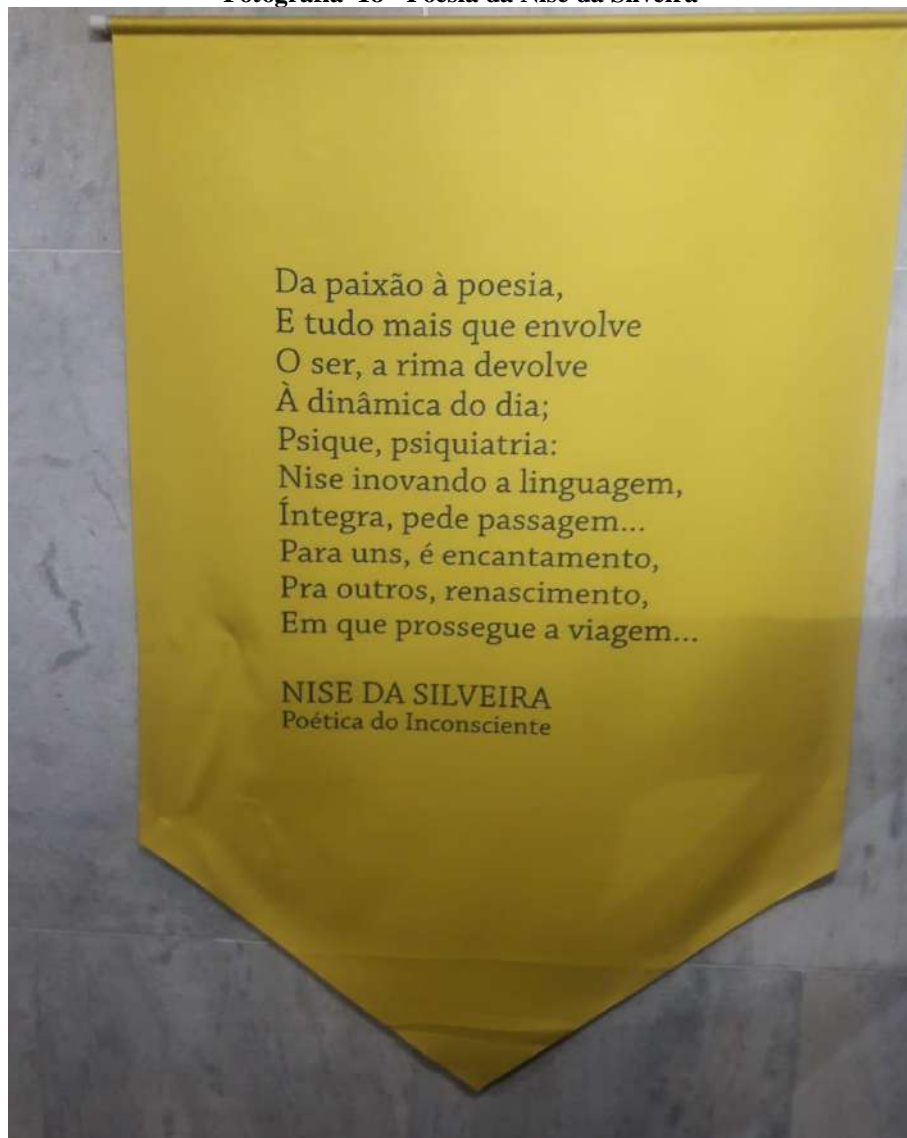
**Fotografia 17 - O cordelista Edmilson e o maestro Rico**



Fonte: Márcio Coutinho (2019).

Pelas paredes dos corredores de acesso ao metrô estavam muitas histórias, poemas, memórias, trazendo um panorama de muitos “Brasil” em uma vasta literatura. Registro a escolha pessoal de um texto da psiquiatra Nise da Silveira, pioneira da psicologia Junguiana no Brasil.

**Fotografia 18 - Poesia da Nise da Silveira**



Fonte: Gabriela dos Santos Cardozo (2019).

Nas rotas do coral Uma Só Voz, estive compondo em conjunto o grupo de delegadas do Movimento Internacional de Artes e a População de Rua, o With One Voice. A mestra em música Shelly Coyne, pesquisa acerca das experiências e percepções de pessoas marginalizadas cantando em coros e grupos de cantos de comunidade e o papel que esses grupos desempenham na vida destes cantores. No ano de 2016, estive participando dos ensaios, compartilhando canções dos corais que dirige na Escócia e também estive na condução e apoio de regentes para os corais das Olimpíadas de 2016. Shelly teceu uma abordagem “com e não para” (FREIRE, 1996), indicando a influência do pensamento da educação popular na intencionalidade do encontro entre “educadores” e “educandos”.

Infelizmente, não foi possível aprofundar a presença do pensamento freiriano subjacente ao coral Uma Só Voz. O atual currículo da Escola de Serviço Social da UFRJ não

dispõe de disciplina sobre educação popular, cujo conteúdo me pareceu ser importante para refletir sobre momentos e processos como a ideia de uma educação “com” e não “para”. Uma das frases de Paulo Freire que nos parece criticar a educação nos moldes bancário e apostar numa educação emancipatória se encontra quando afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”(FREIRE, 1996, p.15).

As camisas azul claro do coral Uma Só Voz intencionam expressar o pertencimento, a identidade coletiva e a visibilidade. Nery, outro coralista, diz que no abrigo dizem “aqui vem a tropa de elite porque a gente virou a tropa de elite do abrigo” (COYNE, 2016, p.5). O regente do coral tem um papel fundamental para aumentar a visibilidade dos cantores, segundo Coyne (2016), Rico, um dos regentes, fez o seguinte comentário a respeito das apresentações: “então você nem percebia eles nas ruas e você os torna visíveis, viram o evento principal” (COYNE, 2016, p. 6). A relação do regente vai além da atividade em si de reger o coral, trabalha e os apresenta não somente como um todo, mas cada um, como fez em uma das apresentações das Olimpíadas de 2016. De acordo com um dos coralista: “Eu era igual a um cavalo vira-lata e depois que o Rico me ensinou as habilidades, me mostrou que posso ser uma cavalo árabe”. Novamente, advém a complexidade dos efeitos que envolve a formação de um coral e, seguramente, não somente relacionado a participantes em situação de rua. Trata-se de um espaço de (re)construção do pertencimento comunitário e da identidade coletiva, da valorização individual, de cuidado com sofrimentos acumulados na biografia, onde a relação indivíduo e coletividade se coloca a cada encontro.

Nessa direção, consideram importante que as letras sejam uma representação das suas próprias trajetórias e histórias. O regente diz que as letras devem refletir o que os cantores “sentem e contam como história”. Em duas das canções preferidas dos coralistas, Semente do Amanhã, o coral cantou “não ter medo que esse tempo vai passar, não se desespera não, nem pare de sonhar”(COYNE, 2016,p. 6).

[...] a mensagem compartilha a experiência dos cantores na luta da vida na rua e nas aspirações para que a vida possa ajudá-los a ver o futuro. Quando estávamos cantando, muita gente chorava e na cabeça pensava, as pessoas estão nos olhando e pensando tanta gente boa perdida neste mundo: e por isso ele acha que toca as pessoas, mexe com elas. Dizem, nossa estão na rua, mas têm talento, são iguais a todas as outras pessoas (COYNE, 2016,p. 7).

Para a autora Coyne (2016), “esta última reflexão se conecta com a ideia de que as apresentações têm uma função na conexão com a sociedade e na conscientização da sociedade sobre a população de rua, ajudando a transformar os preconceitos e reduzir o medo”(2016, p.8). O estudo identificou que a criação musical coletiva constrói uma identidade musical, onde os cantores podem enfrentar “a identidade destruída” pelo estigma (GOFFMAN) imposto socialmente e introjetado à população em situação de rua.

Essa identidade musical também é validada publicamente pela reação positiva e emocional da platéia nas apresentações. Esses eventos trazem oportunidades para o engajamento da platéia em interações significativas com as pessoas que já viveram em situação de rua. Segundo MacDonald e Meill (2002) estas podem levar o cantor a novas possibilidades além do coral (COYNE, 2016, p.8).

Há, portanto, um processo de nova coletivização e de singularização ao coralista que pode servir a diferentes intencionalidades, seja o de se tornar um “cavalo árabe” sem que reivindique qualquer reforma na sociabilidade desigual em que vive, seja o de se tornar este cavalo para se articular a uma cavalaria que corra na direção de uma liberdade substantiva sobre um solo efetivamente democrático, sem discriminação de qualquer natureza de classe, gênero, raça, etnia e orientação sexual. A condição do sujeito em situação de rua agrava essa discriminação, o que requer um processo de emancipação política onde as artes sejam acionadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso deste trabalho, há uma aposta de que a prática do assistente social ao se materializar em meio às contradições em curso entre o projeto societário (neoliberal) em sua feição mais regressiva e o projeto profissional hegemônico que luta para que o Serviço Social brasileiro teça cotidianamente pontes possíveis para o acesso aos direitos sociais. Traço brevemente um panorama das construções históricas, sociais, políticas e econômicas que se pautaram as estruturas dos espaços ocupacionais onde se materializam as políticas de assistência social, em particular aquelas voltadas à população em situação de rua.

Conquanto, o processo de investigação desta monografia repôs a luta do movimento nacional desse segmento que edificou a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, de 2008, onde reivindicam um conjunto de acessos, como o trabalho, a educação, a saúde, a moradia etc.

No seio da instrumentalidade do Serviço Social busco encontrar um artefato de domínio profissional que venha dar condição de uma proposta ao enfrentamento às demandas vivenciadas pelos sujeitos que eu encontrava no cotidiano de territórios centrais de referência para a vida da população em situação de rua. No solo fértil do campo de estágio em um Centro de Referência para a População em Situação de Rua, sistematizei a experiência de aproximação com a expressão artística, especialmente com a música, junto à população em situação de rua, enquanto uma linguagem potente na dimensão técnico-operativa do Serviço Social. Na construção de uma práxis profissional do assistente social, proponho discutir no seio da profissão, como a arte dialoga ao acesso aos direitos humanos, sociais, políticos e principalmente culturais.

Em contrapartida, vou ao encontro do coral “Uma só voz”, onde descrevo, ao vivenciar uma experiência, como a arte dialoga com o ser humano, em seus sentidos e em seu pertencimento ao mundo. Encontro um espaço de troca de afetos, de construções de projetos individuais e coletivos, de uma busca de retornar aos projetos individuais, familiares, a um retorno às memórias afetivas e sociais. Um espaço político como possível resposta às intervenções da questão social, porém, em meio a um período histórico quando a Cidade do Rio de Janeiro sediou as Olimpíadas de 2016 e retomou a conhecida política de recolhimento em massa da população em situação de rua, atualizando a face punitiva do Estado através da higienização do espaço urbano. São muitos os espaços acessados pelo Coral Uma Só Voz que canta, encanta e alimenta os sentidos do ser humano. Ao final do dia, porém, os coralistas retornavam a uma realidade onde as ruas e suas calçadas eram espaços de pouso e de pausa.

Portanto, não trago a proposta da arte como um fim em si para as respostas das expressões da questão social, mas sim um território pautado em uma educação popular de inclusão do sujeito social, do cidadão que hoje se encontra em situação de esgarçamento dos vínculos familiares, sociais e econômicos. Entretanto, a arte oportuniza encontros, mobilização social, organização como sujeitos políticos e de uma educação numa direção emancipatória para a formação de uma consciência plena de cidadania não só nos sujeitos em situação de rua, mas em todos os participantes facilitadores do Coral.

O cunho pedagógico da profissão do assistente social também proporciona espaços democráticos, onde a música seria um instrumento partícipe de experiências das mais diversas relações em sociedade. Trago em minha memória, nas aulas de literatura da Escola Estadual Edmundo Bittencourt, município de Teresópolis, onde cursei o ensino médio, sentávamos juntos na quadra de esportes e cantávamos e analisávamos as músicas de Renato Russo, como as canções expressavam as inquietudes e as realidades sociais, históricas e políticas da vida. Momentos esses que jamais foram perdidos das memórias individuais e coletivas.

Me diz por que que o céu é azul/  
Explica a grande fúria do mundo/  
São meus filhos que tomam conta de mim/  
Eu moro com minha mãe/  
Mas meu pai vem me visitar/  
Eu moro na rua não tenho ninguém/  
Eu moro em qualquer lugar/  
Já morei em tanta casa que nem me lembro mais/  
Eu moro com meus pais/  
(RUSSO, Renato. Pais e Filhos. EMI, 1989).

Nas favelas, no Senado/  
Sujeira pra todo lado/  
Ninguém respeita a Constituição/  
Mas todos acreditam no futuro da nação/  
Que país é esse?/  
Que país é esse?/  
Que país é esse?/  
No Amazonas, no Araguaia iá, iá/  
Na Baixada Fluminense/  
Mato Grosso, Minas Gerais/  
E no Nordeste tudo em paz/  
Na morte eu descanso/  
Mas o sangue anda solto/  
Manchando os papéis, documentos fiéis/  
Ao descanso do patrão/  
(RUSSO, Renato. Que País é Esse?. EMI, 1987).

Diante do exposto, venho corroborar que a linguagem da arte, particularmente na música, consubstancia-se potente para a construção de uma cidadania ampla nos espaços de trabalho com a população em situação de rua. Especificamente neste trabalho, a arte musical é uma ferramenta que congrega a sensibilidade, a criatividade e a capacidade de se promover os sujeitos que se encontram invisíveis a um protagonismo do ser social, capaz de se verem como sujeitos de direito e terem condições de lutar por seu protagonismo como agentes de valor único dentro de uma sociedade onde o direito a vida é referido para todos, mas subtraído diariamente e seletivamente de uma maioria, onde o acesso à moradia, à alimentação saudável, à saúde, à educação não é para todos.

A população em situação de rua tem o direito de ir ao encontro destes direitos sociais nas mais diversas redes e serem vistos e incluídos como seres humanos de direito, embora estejam em uma sociedade que os expropria cotidianamente desses acessos, particularmente, em período de amplo desemprego e de aumento do trabalho informal no Brasil.

Na eliminação de toda forma de preconceito e de discriminação contra a população em situação de rua, continuemos buscando no cotidiano dos equipamentos, ações que promovam e tragam condições de assegurar a universalidade aos direitos destes usuários em tempos em que se radicaliza a agenda ultraneoliberal no Brasil e, particularmente, os efeitos da maior crise sanitária dos últimos 100 anos, a pandemia da COVID-19.

Finalizo esta monografia com duas peças artísticas – uma fotografia e um poema da educadora presente ao longo da trajetória deste trabalho acadêmico. A imagem foi tirada em Brasília, em 2019, durante o XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, quando avistei essa árvore solitária e pude perceber quem lá estava. Esta monografia convida o leitor a olhar e ver uma parcela dos inviabilizados cotidianamente, respeitando todas as formas de sociabilidade vividas nas ruas. E o poema, deixo para aqueles que caminharam comigo até aqui.



**Fotografia 19 - Brasília, DF**



Fonte: Amanda Taniele de Castro Noronha (2019).

**Fotografia 20 - Brasília, DF**



Fonte: Amanda Taniele de Castro Noronha (2019).

*Através da Arte pedimos escuta  
Fazemos poesia com uma só voz.  
Através da vida, a voz do futuro  
Diversos biomas tropicais  
Ecossistemas, fontes, plurais  
O calor que aquece  
O corpo que queima  
O coração que chora  
A máquina ignora  
O fôlego que falta  
A Amazônia que evapora  
A vaidade que explora  
A voz que grita:  
Estamos morrendo  
Humanidade, não permita!*

*(Luna Magalhães)*

## REFERÊNCIAS

**20 anos do Fórum: Resultado do prêmio Jorge Muñoz e celebração de 20 anos do fórum.** Live transmitida pelo facebook. Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua RJ, 10 de dez. de 2020. Disponível em:  
<<https://www.facebook.com/Forumpopruario/videos/vb.102012541344109/290313712423705/?type=2&theater>> Acessado em: 10 de dez. de 2020.

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, Rio Grande do Norte, 2009.

BASILIO, S. E.; SLAIBI, T. A. A; ACCETTA, M. C. F. (org.). Informativo nº. 12 de ago. de 2018. **Câmara Municipal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:  
<<http://www.camara.rj.gov.br/scriptcase/file/doc/Informativo%2012%20-%20Populacao%20em%20Situacao%20de%20Rua.pdf>> Acessado em: 19 de nov. de 2020.

BASTOS, Rogério Lustosa. **Obra de arte e vida: psicologias sociais, diferentes subjetividades na estética da existência**. Rio de Janeiro. 2ª Edição. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20 - 28, 2002.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília - DF, 23 de dez. de 2009. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)> Acessado em: 21 de out. de 2020.

BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal**. Diário Oficial da União, Brasília - DF, 16 de dez. de 1830. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm)> Acessado em: 20 de dez. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília - DF, 7 de jun. de 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm)> Acessado em: 31 jan. 2021.

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Ministério de Desenvolvimento Social**, Brasília - DF, v.35, p. 1- 64, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CFESS. Assistente social no combate ao preconceito, o trabalho da categoria na política Urbana e as comemorações dos 30 anos do Congresso da Virada são as novidades. **CFESS**,

Brasília - DF, 30 de set. de 2016. Disponível em:  
<<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1300>> Acessado em: 21 de out. de 2020.

**CÓDIGO CIVIL. Código de Processo civil, Código Comercial, Constituição Federal, Legislação civil, Processual civil e empresarial.** Organização Yussef Said Cahali; obra coletiva de autoria da Editora Revista dos Tribunais .15 edição. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2013.

COELHO, R. F. A.; NEGREIROS, T. R. N. C.; BARBOSA, M . L. S. N.; RIKER, V. B. S. Rede socioassistencial e viabilização de direitos: desafios ao serviço social. **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**, Maranhão, p. 1 - 10, 2015.

CONCEIÇÃO, D. G. O Serviço Social e prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 51-67, 2010.

COSTA, Marcelo Jaccoud da. **Flores amarelas: um olhar sobre quem mora na rua: histórias para inspirar um caminho.** Rio de Janeiro: Editora do Autor, 2019.

COYNE, Shelly. I am someone, I am not invisible: Exploring the experience of participating in choirs for singers affected by homelessness in Rio de Janeiro. **Institute for Music in Human and Social Development (IMHSD)**, Edinburgh University, United Kingdom, 2016.

CRESS-RJ. Termos de orientações. **CRESS/7º Região**, Rio de Janeiro, 11 de maio de 2020. Disponível em: < <https://www.cressrj.org.br/termo-de-orientacao/termo-de-orientacao-atuacao-de-assistentes-sociais-na-abordagem-as-pessoas-em-situacao-de-rua/>> Acessado em: 20 de out. de 2020.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social.** 1º Edição. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

FERREIRA, M. A. Em meio à pandemia do coronavírus, cresce o número de moradores de rua no Rio. **O Globo Rio**, Rio de Janeiro, 18 de jun. de 2020. Disponível em:  
<<https://oglobo.globo.com/rio/em-meio-pandemia-do-coronavirus-cresce-numero-de-moradores-de-rua-no-rio-1-24485283>> Acessado em: 17 de out. de 2020.

FREDERICO, Celso. Cotidiano e arte em Lukács. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 299 - 308, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente.** 19 edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOFFMAN, E. **Stigma: notes on the management of spoiled identity.** Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1963.

GONÇALVES, Gabriel Henrique Ribeiro. Mendicância, desvio social e cidadania: uma análise sociojurídica sobre o fenômeno da indigência no Brasil. **ETIC**, v.12, n.12, p. 1-13, 2016. Disponível em:  
<<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/5697/0>> Acessado em: 28 de mar. de 2020.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 1 - 6, 2008.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

GUINDANI, M. K.; COSTA, J. V. Didática e pedagogia do diário de campo na formação do assistente social. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 12, p. 265 - 278, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609 - 639, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. **CFESS/Abepss**, Brasília, p. 341-375, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico - metodológica. 39ª Edição. São Paulo: Cortez, 2013.

JATOBÁ, J.; ANDRADE, E. G. L. A Desregulamentação do Mercado e das Relações de trabalho no Brasil: potencial e limitações. **IPEA**, Brasília, v. 312, n. 312, p. 1 - 30, 1993.

Konder, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

KRENZINGER, Miriam (org). **População em Situação de Rua**. Rio de Janeiro: Pallavra, 2017.

KWONG, Matt. From Rio's streets and homeless shelters, choir performs With One Voice. **CBC News**, Canadá, 13 de ago. de 2016. Disponível em: <<https://www.cbc.ca/news/world/rio-homeless-choir-with-one-voice-brazil-1.3719749>> Acessado em: 12 de mar. de 2020.

**Making of de preparação das oficinas da LER**. COUT Produções. Rio de Janeiro: Uma Só Voz, 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/umasovoz.withonevoice/>> / <<https://www.youtube.com/watch?v=FPzNtC2VI9I>> Acessado em: 03 de set. de 2020.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia e Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 47-58, 2004. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822004000200007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822004000200007&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acessado em: 22 de set. de 2020.

MOVIMENTO NACIONAL DE POPULAÇÃO DE RUA. População de rua: vidas e trajetórias. In: CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica (Org.). **Rua - Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

**Nós da Rua.** Argemiro F. de Almeida. Movimento Nacional da População de Rua, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8YT35mABNWo>> Acessado em: 11 de nov. de 2020.

O que é desemprego. **IBGE**, Brasília - DF. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>> Acessado em: 17 de out. de 2020.

PNAD Contínua 2018: 10% da população concentram 43, 1% da massa de rendimentos do país. **Agência IBGE notícias**, Brasília - DF, 17 de out. de 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais>> Acessado em: 13 de nov. de 2020.

População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19. **IPEA**, Brasília - DF, 12 de jun. de 2020. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35811#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de,pela%20pandemia%20da%20Covid%2D19](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de,pela%20pandemia%20da%20Covid%2D19)> Acessado em: 14 de nov. de 2020.

PRATES, Jane Cruz. O uso da arte como elemento pedagógico: As expressões da questão social na arte, em especial na música brasileira. **Anais do 3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social**, Espírito Santo, v. 1, n.1, p. 1 - 14, 2015.

Projetos. **People's Palace Project - Queen Mary University of London**, 2013. Disponível em: <<https://peoplespalaceprojects.org.uk/pt/>> Acessado em: 18 de maio de 2019.

RUSSO, Renato. **Pais e Filhos**. EMI Music Brazil, 1989. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/legiao-urbana/22488/>> Acessado em: 03 de dez. de 2020.

RUSSO, Renato. **Que País e Esse?**. EMI, 1987. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/legiao-urbana/46973/>> Acessado em: 03 de dez. de 2020.

SASSE, C.; OLIVEIRA, N. Invisível nas estatísticas, população de rua demanda políticas públicas integradas. **Senado Federal**, Brasília - DF, 28 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/especial-cidadania-populacao-em-situacao-de-rua>> Acessado em: 13 de out. de 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Educação do senso comum à consciência filosófica**. 17ª Edição. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SICARI, A. A.; ZANELLA, A. V. Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. 4, p. 662 - 679, 2018.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos**. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, L.C. O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: 7 LETRAS, 2015.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2013.

TOLSTÓI, Leon. **O que é arte?**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

TORRES, Diego. **Color Esperanza**. SONY MUSIC, 2001. Disponível em:  
<<https://www.letras.mus.br/diego-torres-musicas/76488/>> Acessado em: 03 de dez. de 2020.

VILELA, Pedro Rafael. Governo propõe acolhimento de 78 mil moradores de rua pelos municípios. **Agência Brasil**, Brasília, 07 de maio de 2020. Disponível em:  
<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-05/governo-propoe-acolhimento-de-78-mil-moradores-de-rua-pelos-municipios>> Acessado em: 13 de nov. de 2020.

VIOLA, Paulinho. Interpretação Marisa Monte. **A dança da solidão**. EMI Music Brazil, 1972. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/marisa-monte/47277/>> Acessado em: 03 de dez. de 2020.